

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - DESSO**

**MONOGRAFIA**

**CAMILA DE BARROS FERREIRA**

**GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO *MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA*:  
PARTICULARIDADES DO CAPITALISMO DEPENDENTE NA AMÉRICA LATINA**

**MARIANA - MG**

**2022**

**CAMILA DE BARROS FERREIRA**

**Gênese e desenvolvimento do modo de produção capitalista:  
particularidades do capitalismo dependente na América Latina**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Fernandes Ribeiro.

**MARIANA - MG**

**2022**

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

F383g Ferreira, Camila De Barros.  
Gênese e desenvolvimento do modo de produção capitalista  
[manuscrito]: particularidades do capitalismo dependente na América  
Latina. / Camila De Barros Ferreira. - 2022.  
16 f.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Fernandes Ribeiro.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. América Latina. 2. Capitalismo - América Latina. 3. Produção (Teoria econômica) - América Latina. I. Ribeiro, Rodrigo Fernandes. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 330.342.14

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador  
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Camila de Barros Ferreira**

**Gênese e desenvolvimento do modo de produção capitalista: particularidades do capitalismo dependente na América Latina**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 27 de outubro de 2022

### Membros da banca

Doutor - Rodrigo Fernandes Ribeiro - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Doutor - Davi Machado Perez - (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Mestra - Daniele da Silva Correia (Universidade Federal de Ouro Preto)

Rodrigo Fernandes Ribeiro, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 31/10/2022



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Fernandes Ribeiro**, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR, em 31/10/2022, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniele da Silva Correia**, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR, em 01/11/2022, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0420132** e o código CRC **5B9DE888**.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família, pelo apoio cedido para que eu concluísse essa etapa tão significativa que é a graduação. Um marco importante em minha vida, marco esse que por muitas vezes temos dúvidas se iremos alcançar. Gostaria de agradecer em especial a minha avó, dona Olívia, que hoje já se encontra falecida, mas que sempre se empenhou para que eu estivesse estudando, segundo ela “o conhecimento é a única riqueza que ninguém tira de você”, e sem dúvida eu concordo com ela. Agradeço minha mãe Adriana, que acreditou em meu potencial e que se sacrificou para que eu chegasse até aqui. Dedico esse agradecimento também aos meus amigos e minhas amigas, que auxiliaram na motivação necessária para eu percorrer essa jornada, principalmente as amigas que moraram comigo na República Paróquia, que sempre estiveram comigo nos momentos difíceis e que levarei por toda vida.

*Para nós não se trata de reformar a propriedade privada, mas de aboli-la; não se trata de atenuar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova (MARX e ENGELS, 1850, p. 2).*

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo expor como o Modo de Produção Capitalista (MPC) atua especificamente na América Latina, continente marcado antes da sociabilidade vigente por uma era colonial. A metodologia utilizada foi a análise de capítulos selecionados de algumas bibliografias, que trazem a explicação da gênese dessa organização societária para o continente, os reflexos no processo de seu desenvolvimento para o proletário latino-americano e conseqüentemente a posição de dependência que ocupa-se em decorrência a sua inserção. Desta maneira, se pode constatar que o modo de produção capitalista atua de distintas maneiras, de acordo com a realidade de onde ele é imposto. Com relação à América Latina, que carrega consigo uma condição sócio-histórica fragilizada, como resultado de uma era colonial devastadora, nota-se que o funcionamento do MPC aqui adquiriu a característica de subordinação aos países centrais, o que gera impactos sobre toda a vida da classe trabalhadora, incluindo política, economia, acesso à cultura, duração da jornada de trabalho e as condições que esse trabalho é ofertado.

**Palavras-chave: América Latina, modo de produção capitalista, capitalismo dependente.**

## RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo exponer cómo opera el Modo de Producción Capitalista (MPC) específicamente en América Latina, continente marcado antes de la sociabilidad vigente por una época colonial. La metodología utilizada fue el análisis de capítulos seleccionados de algunas bibliografías, que explican la génesis de esta organización societaria para el continente, los reflejos en el proceso de su desarrollo para el proletario latinoamericano y consecuentemente la posición de dependencia que ocupa en consecuencia. De esta forma, se puede apreciar que el modo de producción capitalista opera de diferentes formas, según la realidad desde la cual se impone. En cuanto a América Latina, que lleva consigo una condición sociohistórica debilitada producto de una época colonial devastadora, se advierte que el funcionamiento del MPC aquí adquirió la característica de subordinación a los países centrales, lo que genera impactos en la toda la vida de la clase obrera, incluyendo la política, la economía, el acceso a la cultura, el horario de trabajo y las condiciones en que se ofrece ese trabajo.

**Palabras clave:** América Latina, modo de producción capitalista, capitalismo dependiente.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>11</b> |
| <b>Capítulo 1- AS MUTAÇÕES DO TRABALHO E SEU IMPACTO SOBRE A VIDA SOCIAL</b> .....   | <b>14</b> |
| <b>1.1 O trabalho como modelo para a vida social</b> .....   | <b>14</b> |
| <b>1.2 Sociedades pré-capitalistas e suas contribuições para a organização societária predominante na atualidade</b> .....   | <b>18</b> |
| <b>1.3 A gênese do capitalismo: o processo de acumulação primitiva</b> .....   | <b>25</b> |
| <b>1.4 A lei geral de acumulação capitalista</b> .....   | <b>29</b> |
| <b>1.5 O imperialismo e o que ele significou para o modo de produção capitalista</b> .....   | <b>33</b> |
| <b>Capítulo 2- AS CONTRIBUIÇÕES DE JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI, FLORESTAN FERNANDES E RUY MAURO MARINI PARA A ANÁLISE DO CAPITALISMO DEPENDENTE NA AMÉRICA LATINA</b> ..... | <b>36</b> |
| <b>2.1. A inovadora análise de Mariátegui</b> .....  | <b>37</b> |
| <b>2.2 Fernandes e os padrões de dominação na América Latina</b> .....   | <b>49</b> |
| <b>2.3 Marini e a dialética da dependência</b> .....   | <b>55</b> |
| <b>Considerações finais</b> .....  | <b>59</b> |
| <b>Referências</b> .....   | <b>61</b> |

## Introdução

O tema selecionado para esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), teve por parte uma motivação pessoal minha, enquanto parcela societária do proletariado brasileiro, portanto, constituinte da classe trabalhadora latino-americana e, por parte a ideia de que é de extrema necessidade que existam materiais de pesquisa a respeito de uma particularidade tão complexa, que é tratar do lugar de dependência que ocupamos enquanto América Latina, dentro da atual organização societária. Para que consigamos obter consciência enquanto classe trabalhadora, retirando as amarras alienadoras geradas a partir dos antagonismos necessários para o funcionamento do modo de produção capitalista, é necessário o desenvolvimento de trabalhos que proporcionem o acesso ao tal conhecimento.

A metodologia escolhida, partiu da preocupação em entender como o modo de produção capitalista se desenvolve de forma peculiar no continente latino-americano, assim como entender a funcionalidade desse continente para tal sociabilidade, em uma escala mundialmente dita. A partir desse entendimento, foi possível compreender também, os reflexos que recaem sobre a classe trabalhadora da América Latina.

A partir da metodologia definida foi iniciada a busca por materiais teóricos que permitissem reunir e externar pontos importantes para o esclarecimento do tema. Foram selecionados capítulos específicos das bibliografias apresentadas neste trabalho, já que os mesmos trariam a proximidade buscada para o objetivo proposto. Da obra *Sete ensaios de interpretação sobre a realidade Peruana*, escrita por José Carlos Mariátegui, foram selecionados os três capítulos iniciais: *Esquema da evolução econômica; O problema do índio e O problema da terra*. Da obra *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, de Florestan Fernandes, foi utilizado o primeiro capítulo *Padrões de Dominação Externa na América Latina*. De Ruy Mauro Marini, o texto utilizado foi a “*Dialética da Dependência, 1973*”. Os capítulos e texto foram definidos a partir do esclarecimento da temática, onde ambos conseguem captar as especificidades com relação à dominação do modo de produção capitalista na América Latina, trazendo os recortes históricos necessários para o entendimento do debate.

A opção por esse método também, foi referente ao meu contato com algumas dessas bibliografias durante a graduação em Serviço Social, já outras foram oportunizadas através do desenvolvimento deste trabalho

É importante, para a nossa categoria profissional, sempre manter em mente a base da sociedade capitalista e que ela se alimenta justamente das desigualdades, para gerar acúmulo

de capital. Portanto, antes mesmo de adentrarmos debates mais específicos, é válido manter no ideário, de onde todas as expressões da “questão social” se originam, voltar à gênese dessa história e saber das particularidades que envolvem o proletário com o qual trabalhamos, para que possamos atuar de modo coerente.

A seleção dos autores para o desenvolvimento dos dois capítulos foi de suma importância para a realização do trabalho, com o cumprimento da proposta sugerida. No primeiro capítulo, gerando **uma linha do tempo que perpassa as comunidades primitivas** (por tanto, pré-capitalistas), **até o imperialismo** (onde o capitalismo já se encontra em uma escala mundial), o que é imprescindível para o debate do capítulo subsequente. No segundo capítulo será abordada, de maneira mais particular, os reflexos advindos da mundialização do capital para a América Latina, entendendo como a era colonial que antecedeu o capitalismo nas colônias do continente, facilitou a implementação forçada da sociabilidade vigente aqui.

Os teóricos pesquisados para o desenvolvimento do primeiro capítulo foram de extrema relevância, já que a partir destes, compreendemos a gênese e o desenvolvimento capitalista, sendo estes: José Paulo Netto, Marcelo Braz, Karl Marx, Georg Lukács, Ronaldo Vielmi Fortes e Vladimir Lênin. Neste primeiro capítulo foi possível entender como era a vida nas comunidades anteriores ao modo de produção capitalista e como se iniciou a privatização dos meios de produção, e em decorrência do aprofundamento deste fenômeno obteve-se a acumulação primitiva, depois essa acumulação se torna aprimorada e essencial para a organização societária atual, e é quando chegamos à sua ascensão na etapa imperialista.

Já no segundo capítulo, os autores analisados foram: José Carlos Mariátegui, Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini. Se tratam de grandiosas referências que podem ser acessadas, quando se trata da análise sobre o modo de produção capitalista e sua implementação na América Latina. Os três contribuem de forma essencial com esse debate, pois além de ilustres pensadores, são latino-americanos, portanto, conseguiram visualizar essa realidade de dentro.

Os capítulos escolhidos para a realização da análise do segundo, foram identificados de acordo com a maior necessidade de exposição. Em Mariátegui, por exemplo, trazer a questão econômica é extremamente necessário, para que se tenha o entendimento de como se apresenta o problema da terra e, conseqüentemente, o que se sucedeu com o problema do índio no Peru. Partes de importante ênfase, já que apesar de cada país ter tido uma formação social própria, estes são pontos de problemáticas em comum pela América Latina.

Os capítulos selecionados em Florestan Fernandes, explicitam de forma mais abrangente, nossa formação social atual e a dominação que nos é imposta, e como se deu o caminho até esse lugar de nações dominadas. Em Marini, abordar a dialética da dependência, acrescenta a proposta já trazida por Florestan, mas com outros elementos no âmbito dos padrões de reprodução do capital.

## **Capítulo 1: AS MUTAÇÕES DO TRABALHO E SEU IMPACTO SOBRE A VIDA SOCIAL**

Nesse capítulo será apresentada as várias mutações que o trabalho sofreu durante a evolução das sociedades humanas. Será apresentado desde sua forma básica, do contato entre seres humanos e a natureza, até a transformação desse trabalho como um modelo da vida social. Será explicitado como a partir do trabalho, mesmo as sociedades mais remotas, conseguiram se manter vivas e repassando o conhecimento adquirido a partir dele, e como a instrumentalização para exercer esse trabalho leva essas sociedades para um novo processo. Ademais, será esclarecido também como esse trabalho funciona para o modo de produção capitalista (aqui se tratando de trabalho assalariado), e como é importante para manter a sociabilidade vigente, a partir da exploração estrutural que está associada a ele.

### **1.1.O trabalho como modelo para a *vida social***

Para a compreensão da gênese do trabalho, aqui será entendido o trabalho em sua totalidade, como base da economia e categoria fundamental da **vida social**. Através do trabalho se geram valores sobre a produção dos bens e serviços em sociedade. Em resumo, o trabalho é primordial para sanar as necessidades materiais humanas.

José Paulo Netto e Marcelo Braz (2006), esclarecem como o trabalho consegue diferenciar a espécie humana (uma espécie animal), das demais espécies animais, e como alguns dos aspectos próprios desse trabalho não são práticas determinadas pela natureza. O espaço cada vez maior que se gera, entre a matéria natural e o ser humano que a transforma, o conhecimento necessário para que essa transformação aconteça e, as necessidades materiais cada vez maiores entre nossa sociedade, caracterizam traços de um trabalho que já não é realizado apenas de forma genética e/ou instintiva. Karl Marx esclarece que:

[...] o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2013, p. 327).

Pelas palavras de Marx subentende-se que a principal diferença entre o trabalho executado pelos humanos (se tratando do trabalho como um “tipo novo de atividade”) e a

transformação que animais de outras espécies executam sobre a natureza, se dá justamente pelo fato de que o humano idealiza qual será o resultado final da matéria natural, antes mesmo de sair em busca de qual será o melhor material para criar determinada coisa e, qual o melhor instrumento para manusear a matéria, em prol da sua finalidade inicialmente planejada. No exemplo dado por Marx a abelha de forma instintiva irá acessar a natureza em busca de um material determinado, para construir sua colmeia, e ela realiza essa atividade sem nenhuma racionalidade, meramente obedecendo a ordem natural da sua existência. O humano, por sua vez, inicia a atividade já com um objetivo idealizado em sua mente, antes de se tornar um objeto externo a ela.

Os instrumentos utilizados pela espécie humana, para que alcance uma finalidade determinada racionalmente, não existem prontos na natureza, pelo contrário, são preparados pelos próprios sujeitos que irão manuseá-los, o que só acontece pela relação deste com a matéria natural. O trabalho existe sobre uma mediação, que emerge entre o sujeito e o instrumento que ele utilizará para transformar a natureza, de acordo com o que foi idealizado.

É válido ressaltar que, na palavra dos autores (NETTO e BRAZ, 2006, p. 34) “[...] o trabalho é, sempre, atividade coletiva”. Por ser realizado de forma coletiva e não isolada, o trabalho propicia àqueles que compõe um grupo, por exemplo, a coletivização de conhecimentos e técnicas, assim como gera influência sobre todo o processo de vida destes sujeitos, tendo em vista que “[...] implica convencer ou obrigar outros à realização de atividades, organizar e distribuir tarefas, estabelecer ritmos e cadências etc.” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 34). Essas ações que compõe o trabalho e a coletividade que nele está imposta não são propiciadas por atividades biologicamente definidas, isso é restrito de um grupo específico de animais (humanos), que detém a comunicação através de uma linguagem articulada e que não vivem de forma meramente instintiva. Portanto, a designação do que é social emerge através da coletividade que nasce com o trabalho.

O trabalho é um marco na história das diversas metamorfoses que se pode observar na vida. Além da relação que ocorre do sujeito (humano) com a natureza, com o intuito de transformá-la, de modo que ela atenda suas necessidades, observa-se que o trabalho modifica extremamente a própria vida humana, já que através dele a coletivização de conhecimentos e a própria formação do que é social se torna possível. E desse processo nasce o chamado *ser social*.

A afirmativa aqui, então, não é apenas de que o trabalho é uma atividade efetuada por “homens” (referindo-se a seres humanos em geral, homens e mulheres), em sua coletividade

e/ou sociedade, com a finalidade de gerar a riqueza social<sup>1</sup>, mas também, é parte do desenvolvimento histórico pelo qual emerge o ser social.

Georg Lukács (2009), ao falar do ser social, traz esclarecimentos bem parecidos em seu debate, citando até mesmo o exemplo da abelha já mencionado, onde ele aborda a consciência e o trabalho como o que difere o ser social, das outras espécies. O autor externa que para existência e formação de um ser social, esse terá sua base em um ser orgânico, ou seja, mesmo que o trabalho transforme o ser humano em ser social, esse sempre terá sua raiz fundada na natureza.

No que tange a consciência, a qual diferencia o ser humano das outras espécies, o autor afirma que “[...] o animal tornado homem através do trabalho” (LUKÁCS, 2009, p. 229), será um ser que dá respostas à medida em que determinadas necessidades começam a demandá-las, a partir do desenvolvimento social, não agindo de modo imediato. Para que exista o surgimento das respostas, antes se faz necessário o surgimento das perguntas, das quais o ser social só poderá responder por possuir consciência.

É importante frisar que segundo Netto e Braz (2006, p. 35), ao contrário da sociedade que depende completamente da natureza para existir, “[...] a natureza, porém, pode existir e subsistir sem a sociedade” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 35). Antes mesmo das formações dos primeiros grupos humanos, a natureza já se encontrava viva e, após o desenvolvimento desses grupos, ela continuou a progredir.

Os autores ainda trazem o debate com relação a matéria inorgânica, que com a evolução de processos físico-químicos ao decorrer de muitos anos, deu vida a um “novo tipo de ser”, ser este que possui a capacidade de reprodução, denominado de “ser vivo orgânico”. A partir dessa transição de matéria inorgânica para ser vivo orgânico, se resulta outra transformação natural, que os teóricos pontuam como uma das hipóteses com relação ao surgimento da espécie humana, que seria a evolução dos primatas em seres humanos. Entretanto, esclarecem que a espécie humana possui particularidades nas quais constituem um “outro novo tipo de ser”, particularidades essas que não foram herdadas biologicamente, já que de forma singular, essa espécie vive de forma complexamente articulada em sociedade.

---

<sup>1</sup> “[...] transformando formas naturais em produtos que satisfazem necessidades [...]” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 34).

Foram milhares de anos que fizeram emergir, da forma natural de existência dos seres humanos, o que aqui tratamos como ser social. Todavia, é relevante esclarecer que a espécie humana pode ter sofrido uma mutação que surge através da constituição do trabalho, mas continuam sendo seres naturais. O processo do trabalho gerou uma modificação radical em nossa espécie, já que foram alterados com essa atividade “[...] seu corpo, suas pulsões, seu metabolismo” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 37), o que traz a capacidade aos humanos de produzirem a si próprios.

Apesar de que os humanos sempre serão seres naturais, quanto mais se tornam seres sociais, mais se afastam de sua forma natural de existir. Netto e Braz (2006, p. 38), abordam o exemplo associado a fome de um cão e a fome de um ser humano. A fome emerge em ambas as espécies como um apontamento natural do corpo, e se não saciada, pode levar uma e outra à morte. Já o modo que esta será sanada, por uma escala de satisfação entre os seres, é completamente distinta. O cão instintivamente irá satisfazer sua fome, com o alimento “[...] onde e sob a forma em que o encontrar” (NETTO e BRAZ, 2006, p.38), o humano por sua vez, através de condições historicamente determinadas, irá ter satisfação sob o alimento que consome caso esse passe por alguns processos, como: “[...] alimento preparado, garantia de higiene, padrões de gosto e prazer etc.” (NETTO e BRAZ, 2006, p.38).

Pode-se afirmar, então, que a partir do trabalho o ser humano é capaz de transformar a natureza e, de modo que venha a satisfazer suas necessidades não apenas como seres naturais, mas também como seres sociais, onde observa-se então o fenômeno de transformação também no próprio ser. A partir do trabalho, nota-se também uma constante metamorfose a qual se determina como humanização.

Karl Marx (2013), esclarece o que até agora foi debatido neste subcapítulo, onde ele trata que o trabalho emerge da relação entre homem e natureza, e desta maneira o ser humano “[...] regula e controla seu metabolismo com a natureza [...]” (MARX, 2013, p. 326). Entretanto, Marx (2013) aprofunda essa questão do contato entre homem e natureza, onde esclarece que o processo de trabalho somente existe com uma finalidade, que para ser alcançada depende de objetos e meios de trabalho. Entende-se como objeto de trabalho àquilo que se é encontrado na natureza, onde existe a necessidade, de transformá-lo, através do meio de trabalho. Por meio de trabalho compreende-se àquilo (coisa), que o trabalhador utiliza como condutor da atividade que irá exercer sobre o objeto. Por exemplo a terra (sendo essa um objeto de trabalho), o homem encontra a necessidade de extrair dela água (que também é um objeto, mas se torna matéria-prima após passar pelo processo do trabalho), e para perfurar o solo ele utilizará uma pedra

(também objeto), para escavar o solo (nesse momento a pedra como um objeto, se torna um meio de trabalho, já que foi utilizada para conduzir sua atividade, alcançando uma finalidade, um produto). Desses dois componentes, surge o meio de produção.

A finalidade do processo descrito acima é chegar ao produto, sendo o produto um valor de uso. Através de Marx (2013) quando existem produtos anteriores (valores de uso), que foram utilizados para a criação de um novo produto, isso inclui nesses valores os meios de produção. Portanto, o produto não é apenas a finalidade determinada da atividade trabalho, mas também são condições do processo de trabalho. Mais à frente, esse debate será aprofundado.

Como parte desse processo histórico, que constitui o ser social, aparecem vários outros fenômenos que implicam diretamente na sua vida em sociedade. Como observa-se até aqui, o trabalho foi determinante para a transformação do animal humano, em um ser social, com o desenvolvimento de sua consciência e com o aprimoramento de suas capacidades ao entrar em contato com a natureza.

## **1.2. Sociedades pré-capitalistas e suas contribuições para a organização societária predominante na atualidade**

Ao iniciar essa pesquisa é necessário entender como chegamos a atual organização societária, sendo assim, compreender o que a antecede, mesmo que de forma sintetizada. Na obra de Netto e Braz (2006), os autores esclarecem brevemente sobre **a comunidade primitiva** e o excedente econômico. Desse modo, abordam que as primeiras civilizações humanas surgiram “[...] às margens do Nilo e do Eufrates e na Índia e na China” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 56), e afirmam, também, que esses povos eram nômades. Eles esclarecem que na comunidade primitiva, os seres humanos viviam de modo mais tosco, mas que com o passar do tempo foram aprimorando os itens de caça, pesca e coleta (atividades as quais eram os meios de existência da época, que comprovam o trabalho como um processo social, já que mesmo executado de forma individual, gera uma relação entre o ser humano e a natureza), o que lhes permitiu reduzir drasticamente a “penúria”<sup>2</sup> sobre a qual viviam determinados. No chamado “comunismo primitivo”, os frutos advindos das atividades realizadas pelos grupos em prol de sobrevivência,

---

<sup>2</sup> Determinada pelos autores como sendo a razão desses grupos humanos consumirem de forma imediata, a pouca quantidade de alimentos que arrecadavam (NETTO e BRAZ, 2006).

eram divididos entre todos (as), lembrando que ainda não se pensava na apropriação privada de absolutamente nada. Nesse momento da história, as atividades realizadas eram comuns a todos (as), sendo a única diferenciação as determinações das atividades desenvolvidas por mulheres (preparação dos alimentos e coleta), e por homens (caça e pesca), já existindo assim uma divisão social do trabalho.

Entre 5.500 e 2.000 antes de Cristo, a chamada comunidade primitiva começou a sofrer radicais metamorfoses. Alguns elementos que passaram a compor essas comunidades foram determinantes para sua desintegração mais à frente e, também, foram a causa da distinção de umas comunidades para outras, sendo dois desses elementos citados pelos autores (NETTO e BRAZ, 2006): a domesticação de animais e a agricultura. Essas alterações impactaram na relação de tais civilizações com a natureza, já que neste período as comunidades primitivas já estavam mais avançadas ao ponto de fazerem “[...] uso de metais e a descoberta de suas ligas”, assim como “[...] começaram a controlar o tempo (as estações do ano, o intervalo entre semeadura e colheita) e algumas forças naturais (a irrigação)” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 56).

Na fase mencionada acima algumas comunidades já haviam se modificado de maneira drástica, sendo que as atividades já estavam mais aprimoradas neste ponto, onde as comunidades que estavam mais avançadas se dedicavam ao pastoreio e ao cultivo de terra, o que as fizeram abandonar o nomadismo e criar uma relação territorial, como externam os autores (BRAZ e NETTO, 2006). Também houveram modificações em como as atribuições eram distribuídas, sendo que antes se restringiam somente à divisão sexual do trabalho (entre homens e mulheres)<sup>3</sup>, e em um segundo momento o trabalho foi segregado entre o artesanato e as ocupações agrícolas. Nesse processo já se produziam mais que o necessário para suprir condições imediatistas de existência, e é nesse período que segundo Netto e Braz (2006, p. 57) se tem a gênese do chamado “excedente econômico”.

Neste momento da história, com as comunidades produzindo mais que o necessário ao consumo imediato destas, se torna possível o acúmulo do que foi produzido pelo trabalho, não sendo essa produção direcionada apenas ao autoconsumo, já que havia mais do que se demandava. Desse modo iniciaram-se as trocas entre as comunidades, e nesse ponto originava-se a produção excedente e também a possibilidade de se explorar o trabalho humano, já que a

---

<sup>3</sup> “Que após a Revolução Industrial tomará outro caráter, onde o papel da mulher era dentro do trabalho dito “improdutivo”, apesar de grande parte dessa parcela cotidianamente constituir o “trabalho produtivo”, aquele que se dá dentro os muros industriais. E que na contemporaneidade, adquire um novo formato, graças a reestruturação produtiva, onde o modo de produção capitalista, se apropria de forma que acrescente à ele próprio” (Maria Adriana da S. Torres, s.d., p. 2).

comunidade acaba se dividindo em dois grupos: os produtores diretos (os que produziam os bens excedentes) e os que se apossavam dos bens excedentes, chamados pelos autores de apropriadores, já que se apropriavam do resultado do trabalho dos produtores diretos. Devido as transformações que ocorreram, finda-se a comunidade primitiva, dando início ao escravismo.

Entretanto, antes de adentrar o debate a respeito do escravismo, é importante explicar como o trabalho passou a funcionar, depois do já existente “excedente econômico”. A partir desse fenômeno, onde a produção de bens já havia excedido as necessidades emergentes e não era feita unicamente para o autoconsumo mas sim para a troca, entende-se que o modo com que se organizavam as comunidades estava completamente alterado. É de relevância esclarecer que essa produção de bens se dá através do processo de trabalho, que implica três componentes mencionados por Netto e Braz (2006, p. 58), sendo estes:

a) os meios de trabalho – tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações, etc.), bem como a terra, que é um meio universal de trabalho; b) os objetos do trabalho – tudo aquilo (matérias naturais brutas ou matérias naturais já modificadas pela ação do trabalho) sobre que incide o trabalho humano; c) a força de trabalho – trata-se da energia humana que, no processo de trabalho, é utilizado para, valendo-se dos meios de trabalho, transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação de necessidades. (NETTO e BRAZ, 2006, p.58).

É válido ressaltar que de nada serviriam os objetos e os meios de trabalho, senão houvesse a intervenção da força de trabalho, que possibilita a produção. Os três componentes citados acima, juntos, se denominam como forças produtivas e dentre eles os autores enfatizam que a força de trabalho é o mais precioso dos elementos, já que esta resulta da capacidade do ser humano de operar os dois outros elementos que compõem as forças produtivas, advinda do acúmulo de conhecimentos adquiridos por gerações entre as civilizações humanas.

Como já comentado anteriormente, o trabalho já se encontrava dividido desde a comunidade primitiva, onde haviam distinções entre as atividades executadas por homens e mulheres. Ou seja, desde os primórdios já existia uma segregação no trabalho, que acaba sendo reestruturada de acordo com o aumento do excedente, conseqüentemente para a produção cada vez maior de bens, que já atendem nessa época mais do que o consumo próprio da comunidade, destinando-se também a troca. Essa reestruturação é chamada de divisão social do trabalho. No entanto, essa divisão é definida pelas especialidades de cada pessoa, mas não fragmenta tais especialidades em partes, como ocorre no modo de produção capitalista, que será esclarecido à frente neste trabalho.

Os autores esclarecem que as forças produtivas atuam juntamente às relações de produção<sup>4</sup> (relações técnicas e relações sociais), que apesar de serem processos distintos, se interrelacionam. O trabalho em si se caracteriza como um processo social, sendo que mesmo de forma individual ele cria a interação entre ser humano e natureza e de forma coletiva gera relação entre seres humanos.

Para dar seguimento a pesquisa aqui sugerida, deve-se ser explicitado a novidade que emerge com o surgimento da propriedade dos meios de produção fundamentais que não existia na comunidade primitiva. Subtende-se que na comunidade primitiva esses meios de produção fundamentais eram apropriados de maneira coletiva e todos (as) que a constituíam, faziam uso dos frutos advindos das atividades (trabalho) que ali eram realizadas. O que se observa em um quadro posterior à comunidade primitiva é que a produção decorrente de tais atividades (trabalho), superava aquilo que era necessário para a existência dos membros daquele grupo, o que gerou a troca dos bens produzidos. A partir de então, nota-se que tem início um antagonismo na relação de produção, já que os produtores diretos continuariam a produzir, porém com um excedente, já que suas técnicas e instrumentos de trabalho se encontravam mais aprimorados, permitindo esse acúmulo de bens, que eram apoderados pelos apropriadores (tanto do trabalho alheio, como de seus resultados). Portanto, observa-se uma privatização nascente direcionada aos meios de produção fundamentais – “[...] em síntese, na propriedade privada está a raiz das classes sociais” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 60).

O modo de produção (que está na estrutura de uma formação social) é formado pelas forças produtivas e pelas relações de produção e se caracteriza por ser complexo e contraditório. A complexidade está justamente na contraditoriedade que surge entre as forças produtivas e as relações de produção, sendo que, no entanto, segundo Netto e Braz (2006), caso houvesse uma correspondência entre ambas, na qual as relações de produção (desenvolvimento mais gradativo) beneficiassem o avanço das forças produtivas (“desenvolvimento cumulativo e intenso”), evitaria essa união antagônica no modo de produção. Mas o que se nota é o movimento contrário, onde o avanço das forças produtivas não é promovido pelas relações de produção, e pior, acaba sendo barrado por tais relações, gerando assim a contradição referida. É válido lembrar que cada organização societária apresenta particularidades próprias em seus modos de produção.

---

<sup>4</sup> “A articulação entre forças produtivas e relações de produção – a que se denomina modo de produção” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 60).

Toda formação social apresenta uma estrutura e uma superestrutura. Se tratando a estrutura da base econômica da sociedade, e a superestrutura dos “processos extra-econômicos”, tendo como exemplo desses processos os modelos de consciência social e ideologias. Apesar de existir uma compatibilidade entre a estrutura e a superestrutura, os autores afirmam (NETTO e BRAZ, 2006, p. 61) que a base econômica da sociedade, historicamente é indiretamente determinante para a configuração dos processos “extra-econômicos”.

Ao falar de modo de produção e sabendo que este sempre está presente na constituição de uma organização societária, mesmo que seja distinto de acordo com cada estrutura de sociedade a qual é desenvolvido, neste momento, cabe a abordagem a respeito de sociedades (além da comunidade primitiva) que antecederam o modelo societário que se encontra em vigência na contemporaneidade, se tratando mais especificamente do escravismo e do feudalismo.

É necessário enfatizar que a partir do chamado “excedente econômico”, já abordado anteriormente nessa pesquisa, emergem novos olhares em cima da produção, olhares que não existiam na comunidade primitiva. Em consequência da possibilidade de se extrair produção excedente, surge o modo de produção escravista<sup>5</sup>, por exemplo, que será externado aqui antes do feudalismo, seguindo uma cronologia histórica e, também, a linha de pensamento dos autores. Netto e Braz (2006) esclarecem que ao começar a produzir mais do que era necessário ao autoconsumo alterou-se predominantemente de forma drástica as relações sociais. Ou seja, pela produção que se fazia mais que a demanda, era viável a uma parcela societária explorar e escravizar outra parcela de uma mesma sociedade e até mesmo de uma mesma espécie: a humana.

Obviamente as pessoas não aceitariam simplesmente serem escravizadas, então é válido ressaltar que esse modo de produção (escravista) obtinha o que visava (o excedente as custas da escravatura), através de violência, força e coerção contínua da parcela societária escravizada. O escravismo se dividia, segundo os autores, em duas classes fundamentais e claramente antagônicas: “[...] uma minoria de proprietários de terras e escravos (que amplia seus contingentes através de guerras) e, na base, a massa de homens que não tem sequer o direito de dispor da própria vida” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 66). Para além dessas duas classes fundamentais, haviam camponeses e artesãos livres. É válido frisar que o excedente econômico

---

<sup>5</sup> “[...] no Ocidente, estrutura-se por volta de 3.000 anos antes de Cristo, configurando o Mundo Antigo, que perdurará até a queda do Império Romano” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 65).

vem a se tornar mercadoria, surgindo assim a atividade mercantil que traz consigo o aparecimento do dinheiro e o Estado (forma de poder político).

Desde que a civilização se baseia na exploração de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento se opera numa constante contradição. Cada progresso na produção é, ao mesmo tempo, um retrocesso na condição da classe oprimida, isto é, da imensa maioria. Cada benefício para uns é necessariamente um prejuízo para outros; cada grau de emancipação conseguido por uma classe é um novo elemento de opressão para a outra. (ENGELS, 1963, p. 140-141 *apud* NETTO e BRAZ, 2006, p. 67-68).

Então, nesse trecho Engels aborda justamente o que estava sendo esclarecido até agora com relação ao que se constitui, desde que se tem início o excedente econômico. A contradição que se faz instaurada nas formações societárias que vieram posteriores a ele ficam claras, já que como pôde se observar, antes desse fenômeno na estrutura da sociedade, na comunidade primitiva, os povos não escravizavam uns aos outros. Nesse período da história não existia a produção de um “sobrepoduto”, portanto, não se pensava na exploração e escravização do ser humano, pelo próprio ser humano. Já no modo de produção escravista, que nasce a partir do excedente econômico, se tem a gênese de um antagonismo que se dá pela dominação violenta de uma parcela societária em detrimento de outra, o que resulta em duas classes fundamentais. O que se avança na civilização humana - desde que passou a existir a contradição de classes (gerada pela exploração) como base de distintos modos de produção - no que tange produção de bens, retrocede o caminho da sociedade em direção, a ainda distante igualdade.

Retomando ao debate sobre as organizações societárias que antecederam ao modo de produção capitalista, é de suma importância esclarecer como emerge o feudalismo<sup>6</sup>. O modo de produção feudal vem a existir, segundo Netto e Braz (2006, p. 68), quando o modo de produção escravista se desmoronou, devido as pressões causadas contra o Império Romano, pelas “invasões bárbaras”, como eram chamadas.

O modo de produção feudal funcionava de modo diferente do escravismo, mas ainda existia a questão da relação de poder de um ser humano sobre outro, no que se refere aos senhores feudais (nobre) e os produtores diretos (servos). Então ainda nessa organização societária se nota os impactos do excedente de produção, ainda existindo a servidão de uma parcela societária. Esse modo de produção tinha a economia instituída a partir do cuidado com a terra, que era dividida em partes para o senhor feudal e o restante para os servos, em troca da

---

<sup>6</sup>“(…) que terá vigência até o último terço do segundo milênio da era cristã” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 68).

força de trabalho gerada por eles. A Igreja Católica constituía parte do topo da hierarquia feudal, já que era detentora de muitas terras, que nesse momento era a principal base da estrutura social.

É válido trazer para esse debate as diferenças entre o modo de produção escravista e o modo de produção feudal. Em ambas as sociedades existiu uma parcela societária com o domínio e a outra parcela sendo subalterna, a essa dominante. Entretanto, os autores afirmam (NETTO e BRAZ, 2006) que embora explorados, física e monetariamente (já que além de cuidar das terras, eles ainda arcavam com tributos aos senhores e o dízimo que era pago a Igreja), os servos possuíam instrumentos necessários para o manuseio das terras e se sustentavam com frutos do seu próprio trabalho. Os feudos eram segregados entre aldeias e, também, tinham a produção voltada ao autoconsumo. Ademais, a relação entre senhor e servo exigia o compromisso de ambas as partes, onde o senhor feudal era responsável pela segurança e defesa sobre a vida dos servos, já estes eram responsáveis por prestar serviços para seu senhor.

No entanto, o senhor feudal era quem determinava a “justiça” e as leis que eram exercidas sobre o seu feudo. Os servos deviam seguir seriamente as imposições do senhor responsável pelo feudo que ocupavam, já que ele detinha poder sobre as vidas que ali se abrigavam. Era estritamente proibido o afastamento dos servos de seus respectivos feudos, onde desse modo eles viviam “presos às terras” que serviam, sendo que as punições direcionadas aos que tentassem fugir eram extremamente violentas.

Não se esperavam que os nutrientes daquelas terras, tão exploradas, se esgotariam e se tornariam solos inférteis. Como ressaltam os autores (NETTO e BRAZ, 2006), na época não existiam recursos tecnológicos que auxiliassem na recuperação das terras. O curso do dinheiro, também, foi fortemente alterado pelas limitações técnicas com relação a mineração da prata, além da peste negra<sup>7</sup>, que no ano 1348 chega a Europa, vinda da Ásia, e consegue aniquilar “um quarto da população europeia”.

As lutas classistas, advindas das classes fundamentais do modo de produção feudal (proprietários fundiários e camponeses), somadas as decadências mencionadas à cima, foram nocivas à continuidade dessa organização societária. Os servos acabam perdendo as lutas travadas contra os senhores, entretanto, a obra ressalta que graças a essas lutas classistas houve “[...] importantes alterações no regime feudal” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 71). É válido abordar

---

<sup>7</sup>Doença epidêmica grave, infectocontagiosa, provocada por um bacilo, em que a pele é geralmente atacada de buões ou de úlceras. “**Peste negra**”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/peste%20negra> [consultado em 04-06-2022].

também a questão da terra, que no feudalismo se tornou explicitamente “objeto de transação mercantil”, e na relação entre senhor e servos, que antes era determinada pelo trabalho dos servos com o cuidado da terra e a produção advinda desta, ocorre a substituição pelo pagamento em dinheiro. Essa expansão e modificação drástica no prosseguimento da ordem feudal, se tornam inconvertíveis.

O Estado Absolutista se mostrou como solução nas lutas entre servos e senhor, onde o senhor feudal determinaria a punição de sua escolha para os servos que se opusessem a ele. Esse absolutismo acaba por inspirar a formação das estruturas características do Estado moderno, segundo Netto e Braz (2006, p.72), como “[...] articulador da nação: uma força armada sob comando único, uma burocracia e um sistema fiscal”, e se tornou para a burguesia nascente, uma potente arma para acabar com o feudalismo.

### **1.3. A gênese do capitalismo: o processo de acumulação primitiva**

Ao iniciar o debate especificamente se tratando do modo de produção capitalista, deve-se levar em consideração, todos os aspectos aqui já comentados, desde a gênese do trabalho e como através deste emergiram as primeiras comunidades e/ou sociedades humanas, e com elas os modos de produção. Também, a questão de que os resultados advindos do trabalho (a partir do ser social e não natural), trouxeram necessidades para além daquelas consideradas primordiais à sobrevivência. O desenvolvimento de técnicas e instrumentalidades designadas ao trabalho, propiciaram o aumento da produção que se retirava deste e, a partir desse marco histórico, as distintas organizações societárias foram emergindo até chegarmos ao modo de produção ao qual nos encontramos até os dias atuais.

Alguns traços do que se observa do modo de produção capitalista lembram outros modos de produção. Tomando como exemplo o modo de produção feudal, onde o senhor era dono do seu feudo, o que incluía as terras, os servos e grande parte da produção feita ali. Neste processo os servos deviam obediência, assim como entregar parte da produção de seu trabalho em troca de terem uma terra para viverem e a “segurança” que o seu senhor lhes oferecia. Entretanto, é importante enfatizar que mesmo que lembremo-nos em alguns aspectos, a maneira com que se estruturam ambos os modos de produção é completamente diferente, isso ficará mais claro ao decorrer do trabalho.

Logo, o fenômeno aqui abordado se desenvolveu por anos de existência da sociedade humana, e se moldou de forma específica e característica no modo de produção capitalista: a acumulação capitalista. Esta será tratada em sua forma nascente, conhecida como *acumulação primitiva*.

Neste momento, entende-se que surgiram classes mais definidas e basilares para o funcionamento desse novo modo de produção, classes distintas e confrontantes uma com a outra, determinadas entre àqueles que possuem a propriedade privada dos meios de produção e recursos de compra da força de trabalho humana como mercadoria e àqueles que, pelo contrário, possuem apenas a força de trabalho como a mercadoria disponível a venda. Netto e Braz (2006, p. 86) afirmam que o surgimento dessas classes não se trata de um acidente ou mesmo de uma lei natural, “[...] resulta de um processo histórico que se operou do final do século XV até meados do século XVIII, constituindo a acumulação primitiva ou originária”.

Em sua obra *O Capital: Crítica da Economia Política*, Marx (1988, p. 252) explica que o dinheiro e a mercadoria apenas serão significativos a esse modo de produção, quando transformados em capital. E para que essa metamorfose seja possível é necessária a existência das classes confrontantes citadas acima. Como já afirmado, a formação dessas classes não se deu de modo acidental, onde Marx externa a questão de como existiu por parte da sociedade capitalista, a apropriação da estrutura econômica da sociedade feudal. Como diz o autor (MARX, 1988, p. 252) “[...] a decomposição desta liberou os elementos daquela”.

Netto e Braz (2006, p. 86) citam ainda a Inglaterra como o país onde se originou a acumulação primitiva, e o que conheceu esse processo em sua forma mais “clássica”. Trazem a essa narrativa a questão dos cercamentos das terras comunais dos camponeses, como maior mecanismo para a instauração capitalista ainda tão nascente. Essas terras que foram tomadas de formas extremamente violentas e foram transformadas em pastagens de ovelhas, resultaram com o passar de algumas décadas, na definição daqueles que concentravam terras (os que se apossaram destas de forma exacerbadamente brutal) e os que foram expulsos (camponeses), restando-lhes apenas a força de trabalho. Nesse momento de tomada de terras fica definida a propriedade privada, já que a partir disso as terras pertenceriam aos poucos que as invadiram de forma covarde, tirando os meios de trabalho (nesse momento a terra), da parte societária que foi violentada e conseqüentemente desabrigada.

A tomada brusca das terras dos camponeses (seus meios de produção) ainda significou a transição violenta desses produtores diretos em trabalhadores assalariados. Ademais, segundo

Marx (1988), esses produtores diretos além de terem as terras roubadas, ainda foram privados das garantias que o regime feudal os ofertava. Já não tinham onde morar e produzir sua subsistência. Ainda bem colocado pelo autor, essa transição de produtor direto em trabalhador assalariado é abordada pelos historiadores burgueses como uma vitória a essa classe, pelo fato de ter simbolizado “[...] a libertação da servidão e da coerção corporativa” (MARX, 1988, p. 252). Entretanto, foi além disso, já que essa emancipação, ou melhor, essa expropriação ficou “[...] inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 1988, p. 252).

Logo, com a expropriação dos camponeses das terras comuns, observa-se vários movimentos que surgem a partir disto. Essa intitulada limpeza dos campos, que deixaram de serem lavouras e se tornaram pastagens, significou na morte de muitos e não no ato imediato, mas nas consequências advindas dele, já que em decorrência a apropriação das terras por parte de alguns, muitas pessoas já não tinham meios de produção essenciais ao existir. Os cercamentos das terras comunais não significaram o roubo apenas das propriedades, mas da vida em sua totalidade, naquele momento.

Segundo Marx (1988, p. 268), os trabalhadores ainda tiveram de enfrentar a “tarifa legal de salários”, onde se diferenciava a partir da designação entre campo e cidade. Os trabalhadores rurais se eram alugados por ano, enquanto os da cidade “no mercado aberto”. O autor ainda cita as condições estipuladas a esses trabalhadores no século XVI, onde alega uma piora na situação destas, quando afirma o aumento salarial que não foi proporcional nem a depreciação do dinheiro e nem ao aumento dos preços das mercadorias.

A partir de Marx, em *Manuscritos econômicos-filosóficos* (2004, p. 79), é possível entender melhor o lugar da propriedade privada na sociabilidade capitalista e, também, suas consequências, assim como ela se torna fundante ao funcionamento da mesma. O autor afirma que não há esclarecimento por parte da economia nacional, sobre a lógica ou as leis da propriedade privada: qual sua gênese? Quais as condições para obtê-la? Ou até mesmo, porque ela se faz necessária? Essas são dúvidas que a economia política não respondia, mas através de Marx, compreende-se que ela emerge a partir da divisão de classes. Esses métodos abstratos se tornam as leis da propriedade privada, onde o fundamento parte “[...] da divisão entre trabalho e capital, entre capital e terra” (MARX, 2004, p. 79).

Marx (2004, p. 80), explica o funcionamento da propriedade privada, onde ele aborda a objetificação do trabalho como a própria efetivação do trabalho. Dessa forma, já que o trabalho apenas se realiza quando este se torna um objeto, o trabalhador por constituir

diretamente esse processo, acaba também sendo objetificado. É gerado um movimento, onde ao mesmo tempo que se apropria do produto do seu trabalho, o trabalhador usufrui desse produto. Porém, a partir da inversão citada por Marx, subtende-se que essa apropriação do produto do trabalho se torna um estranhamento. O trabalhador não tem nenhum domínio sobre seu objeto de trabalho, mas sim se torna submisso a ele.

O trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível (*sinnlich*). Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz (MARX, 2004, p. 81).

Ainda sobre a influência da propriedade privada sobre a vida do trabalhador, se tem o trecho acima. Marx (2004, p. 81) trata a questão da relação entre a natureza e o trabalhador, já que sem o contato com o mundo natural o trabalho não pode existir, logo o próprio trabalhador não pode existir. Sobre os cercamentos das terras comunais, observa-se o quanto esse processo se torna ainda mais violento do que a ação direta de expropriar os camponeses dessas terras, já que ali eles encontravam o contato essencial que se deve existir com a natureza. Esses são resquícios do princípio da existência da propriedade privada.

Marx (2004, p. 85) acrescenta ainda como a propriedade privada influi até mesmo nas relações sociais dos trabalhadores, esses já não se entendem enquanto seres humanos, mas sim são objetificados e aceitam essa condição, mesmo sem compreendê-la, para conseguirem existir. O autor explica o distanciamento que se dá entre o homem e natureza, onde a partir do momento que existe essa distância, o ser humano deixa de lado suas condições individuais e naturais. Justamente é o que observamos como consequência da expropriação das terras, já que houve um brusco afastamento entre trabalhadores diretos com a natureza. E aos poucos os efeitos da propriedade privada se fortificaram, trazendo ainda mais estranhamento na relação “trabalhador x natureza”.

Como consequência da falta do contato natural do homem com a natureza, de forma sensível, em decorrência da propriedade privada, é que todas as esferas da sua vida serão alteradas. O estranhamento do trabalho emerge a partir da falta desse contato entre homem e natureza, o que acaba alterando também as relações sociais desse sujeito, ocasionando no estranhamento do gênero humano por ele próprio, ou seja: “estranhamento do homem pelo homem” (PEREIRA, 2015, n.p.).

Se ele se relaciona, portanto, com o produto do seu trabalho, com o seu trabalho objetivado, enquanto objeto estranho, hostil, poderoso, independente dele, então se relaciona com ele de forma tal que um outro homem estranho a ele, inimigo, poderoso,

independente dele, é o senhor deste objeto. Se ele se relaciona com a sua própria atividade como uma atividade não-livre, então ele se relaciona com ela como a atividade a serviço de, sob o domínio, a violência e o jugo de um outro homem (MARX, 2004, p. 87).

Sobre o trecho citado acima, pode-se aproximar mais o pensamento sobre a sensação que os camponeses tiveram naquele momento. Um dito “trabalho livre” que só para existir e funcionar de forma plena, sequestrou deles o seu maior meio de subsistência e juntamente com este, tantas vidas. Este processo já afasta a ideia da liberdade que existe como máscara para essa nova forma de trabalho. Na relação “capital x trabalho”, fica explícita a ideia do trecho escrito por Marx, já que além de antagônica, desde os primórdios de sua existência, essa relação basilar ao capital é ofertada de forma extremamente sangrenta. A partir de então, com os meios de produção apropriados por alguns poucos, o trabalho seria dito sobre “o jugo de um outro homem”.

#### **1.4. A lei geral de acumulação capitalista**

Para compreender o debate sobre a lei geral da acumulação capitalista, é necessário o entendimento a respeito de reprodução simples e reprodução ampliada. Na reprodução simples, segundo Netto e Braz (2006, p. 125), observa-se que o capitalista, após obter sua *mais-valia* (que é o trabalho excedente explorado sobre o trabalhador), gaste-a completamente em seu uso pessoal, sendo assim, este não investiria no aumento de seus negócios e conseqüentemente acabaria sendo destruído por outros capitalistas. Já na reprodução ampliada, ao contrário da simples, o capitalista não investiria toda *mais-valia* apropriada em seu gasto pessoal, mas apenas uma parte, e a outra seria transformada novamente em capital, ampliando a escala dos negócios, o que indica “[...] aquisição de máquinas novas, contratação de mais força de trabalho etc.” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 125).

Quando a *mais-valia* é reconvertida em capital, isso se torna acumulação de capital. A tendência dentro do modo de produção capitalista é sempre aumentar essa *mais-valia*, o que significa, aumentar o acúmulo de capital que ela possibilita. Entretanto, “[...] capital é valor que busca valorizar-se” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 125), então quando se forma um excedente de capital que fica impossibilitado de se valorizar, esse processo é conhecido como

*superacumulação de capital*. Consequentemente, quando esse capital não tem onde ser aplicado, já que existe um excedente, o modo de produção capitalista por si só o extingue, onde ocorre a desvalorização desse capital, movimento que se nota nas crises econômicas, por exemplo.

A mais-valia é gerada a partir da exploração da força de trabalho, ou seja, na medida em que essa exploração se torna ampliada, maior é o lucro obtido dela e maior a acumulação que ela permite. Netto e Braz (2006, p. 127) afirmam que estendendo a jornada de trabalho, reduzindo os salários e investindo em tecnologias que ampliem a produção, os capitalistas conseguem obter a ampliação de mais-valia. Observa-se então que para maior acúmulo de capital, a decadência da força de trabalho advinda de tamanha exploração, é extremamente necessária.

Se tratando de acumulação capitalista, se faz necessária a compreensão de que para além da exploração da força de trabalho, também é necessário que os capitalistas entrem em competição com eles mesmos. O desenvolvimento das forças produtivas está diretamente conectado ao crescimento tecnológico e essa dinâmica por inteiro está “[...] intimamente vinculada à elevação da composição orgânica do capital” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 130).

Por composição orgânica de capital, entende-se a relação de capital variável e de capital constante. No primeiro, se tem o investimento de capital para a compra da força de trabalho, no segundo essa aplicação é feita sobre a compra dos meios de produção. Nesse movimento, quanto maior a composição orgânica de capital, subtemde-se que mais capital o capitalista que a emprega detém. O capitalista que consegue investir tanto na compra da força de trabalho, quanto na de meios de produção (maquinário, por exemplo), gera a tendência de concentração de capital, o que é necessário para a ampliação de mais-valia e consequentemente, permite maior acumulação de capital.

A partir de Netto e Braz (2006, p. 130), ainda existe outra tendência decorrente dessa dinâmica do modo de produção capitalista: a centralização de capital. Diferente da concentração - que tem a ver com o “aumento de capital em função de uma nova acumulação” (NETTO e

BRAZ p. 130 e 131) -, a centralização significa a fusão de capitais que já existem “ (mediante *cartéis*<sup>8</sup>, *trustes*<sup>9</sup> e a formação de *holdings*” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 131).

Como resposta da tendência de concentração e centralização de capital, a concorrência tradicional<sup>10</sup> vai deixando de existir, em decorrência da concorrência que se forma através desses dois movimentos, que ocorre em proporção reduzida de “de grandes e poderosas empresas” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 131). Essas tendências além de propiciar o aparecimento de monopólios, ainda absorvem ou até mesmo destroem os pequenos e médios capitalistas.

Deve-se enfatizar que com uma acumulação de capital, cada vez mais aprimorada, conseqüentemente irão existir efeitos sobre a classe trabalhadora. Netto e Braz (2006, p. 132), utilizam da designação de Engels para esclarecer um desses efeitos, que é o “exército industrial de reserva”, esse termo é definido por um enorme número de trabalhadores que não conseguem vender sua força de trabalho, por tanto, trabalhadores desempregados. No entanto, o desemprego faz parte da lógica capitalista e se torna ainda mais intenso com a acumulação extraordinária de capital.

Como já dito anteriormente, com maior acúmulo de capital, é possível obter maior composição orgânica (advinda da relação de capital variável e capital constante). No entanto, observa-se nesse movimento, que para a produção almejada de um aumento de acumulação de capital, a compra por capital constante vai ser maior que a de capital variável, ou seja, o investimento em meios de produção (como maquinário, por exemplo), será maior do que em força de trabalho. Segundo Netto e Braz (2006, p. 133), é assim que se forma uma parcela sobrando (desempregados) aos interesses da acumulação, constituindo o exército industrial de reserva.

Complementando esse debate, Ronaldo Vielmi Fortes (2018, p. 258) afirma a existência do exército industrial de reserva como condicionante para o funcionamento do modo de produção capitalista. Além da força de trabalho que já está inserida à produção, o desemprego estrutural cria àquela força de trabalho que está submetida como reserva, e pronta

---

<sup>8</sup> Consórcio de industriais ou de comerciantes. “**Cartéis**”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/cart%C3%A9is> [consultado em 04-06-2022].

<sup>9</sup> Agrupamento de empresas para dominar o mercado e diminuir a concorrência. “**Trustes**”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/TRUSTES> [consultado em 04-06-2022].

<sup>10</sup> [...] “aquela em que se enfrentavam milhares de empresários” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 131).

para ocupar o lugar dos trabalhadores que estão empregados na produção, caso isso seja necessário. Constituindo a estrutura da sociedade capitalista, o desemprego consegue ainda dominar os salários e outras condições trabalhistas, através do “[...] mecanismo da oferta e demanda do mercado de trabalho” (FORTES, 2018, p. 258).

Para além do desemprego, observa-se também, como consequência da acumulação capitalista, a pauperização<sup>11</sup> relativa ou absoluta sobre a classe trabalhadora. Conforme Netto e Braz (2006), a pauperização absoluta é quando existe uma degradação na totalidade da vida dos proletários, enquanto a pauperização relativa, apesar de não interferir tão intensamente na vida do proletário, que faz com que esse não possua de forma justa um salário correspondente ao valor que ele cria para o capitalista. Nos países de capitalismo mais avançado é possível observar a enorme redução que se deu da pauperização absoluta até o final do século XIX, sendo substituída fortemente pela pauperização relativa. Desse modo, a respeito da pauperização absoluta, “[...] pode-se apenas assinalar que, em certas conjunturas históricas, é possível limitar e, mesmo, reverter a sua incidência” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 136).

Contudo, a partir de Netto e Braz (2006, p. 139) o que observa-se como efeito do aumento da riqueza social, é proporcionalmente o crescimento da pobreza social. Desse antagonismo, advindo do processo de acumulação capitalista, nasce a chamada “questão social”, que apesar de adquirir novas expressões de acordo com o crescimento da acumulação, sempre vai ter sua origem arraigada nessa dinâmica de acúmulo, portanto, a forma que ela emerge sempre estará presa à sua gênese. Sendo assim, “imaginar a ‘solução’ da ‘questão social’ mantendo-se reproduzindo-se o MPC é o mesmo que imaginar que o MPC pode se manter e se reproduzir sem a acumulação do capital” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 139).

### **1.5. O imperialismo e o que ele significou para o modo de produção capitalista**

Neste subcapítulo, serão tratados os reflexos da existência contemporânea do modo de produção capitalista. Um de seus grandes aprimoramentos, de fato notório, foi a propriedade privada, e para se ter ideia da abrangência das consequências conseguintes a ela, temos as guerras imperialistas, que segundo Vladimir Lênin (1917, p. 3) “[...] são absolutamente inevitáveis enquanto subsistir a propriedade privada dos meios de produção”. O estágio do imperialismo carrega como seu principal traço, o capitalismo monopolista<sup>12</sup>, ou seja, neste

---

<sup>11</sup> Esgotar ou perder os recursos de; tornar ou ficar pobre. = DEPAUPERAR, EMPOBRECER. “Pauperizar”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/pauperizar> [consultado em 08-06-2022].

<sup>12</sup> Estágio do capitalismo de profunda centralização e concentração de capital (NETTO e BRAZ, 2006, p. 177).

momento da pesquisa não se trata mais da propriedade privada dos meios de produção em sua forma inicial, mas sim em sua estruturação mais densa.

Através da evolução do modo de produção capitalista a história da humanidade irá passar por enormes transformações, que incluem etapas primordiais a chegada da etapa imperialista do capitalismo. O capitalismo concorrencial, por exemplo, trouxe-nos a experiência da mundialização do capital, onde se tem início a exportação de mercadorias. Netto e Braz (2006) afirmam que nos países centrais da Europa Ocidental o capitalismo se consolidou de tal modo que encerrou as relações sociais pré-capitalistas. Esses principais países agora têm o interesse da expansão do comércio em escala mundial, onde dão início a corrida em busca de matérias-primas por toda parte do mundo, com a finalidade de se aumentar cada vez mais a produção. As relações econômicas se atrelaram ao nível mundialmente dito, mas é válido ressaltar que por via de ocupação econômica e até mesmo territorial, já que a implementação do capitalismo mundial não foi uma escolha para os países subordinados, e nem mesmo aos trabalhadores diretos na Europa, ainda na gênese capitalista. Os povos originários tiveram que submeter violentamente ao modo de produção capitalista, e dessa forma se tornarem classe trabalhadora assalariada.

O capitalismo concorrencial abriu oportunidades de negócios aos pequenos e médios capitalistas, já que ainda nesse período, para a existência e funcionamento das empresas não eram requeridas grandes massas de capital. Segundo Netto e Braz (2006, p. 172) para os pequenos e médios capitalistas existiam “[...] muitas chances de se consolidar em meio a uma concorrência desenfreada e generalizada”, mas esse quadro seria modificado com a chegada dos monopólios.

O componente tratado por Lênin (1917, p. 6) como “[...] a concentração da produção e os monopólios”, acarretou várias especificidades do período imperialista. O autor explica o desenvolvimento das grandes empresas (monopólios) e, conseqüentemente, as dificuldades que este trouxe para a concorrência, que até a etapa anterior do capitalismo era tida como generalizada e ainda favorecia os pequenos e médios comerciantes. Entretanto, é importante frisar que como externa o autor (LÊNIN, 1917, p. 8) “[...] nem em todos os ramos da indústria existem grandes empresas”, porém, o que caracteriza um alto grau de aperfeiçoamento do capitalismo é justamente o avanço dessas grandes empresas que resultarão na chamada “combinação”.

Segundo Lênin (1917, p. 8), uma especificidade extremamente responsável pela exacerbada progressão do capitalismo foi a chamada combinação. Esse processo reúne em uma só empresa, ramos industriais distintos, que irão transformar em diferentes produtos uma única matéria-prima.

[...] por exemplo, a fundição do minério de ferro, a transformação do ferro fundido em aço e, em certos casos, a produção de determinados artigos de aço) ou desempenham um papel auxiliar uns em relação aos outros (por exemplo, a utilização dos resíduos ou dos produtos secundários, a produção de embalagens, etc. (LÊNIN, 1917, p. 8).

Nesse trecho de Lênin observa-se o que ele denomina como combinação e que explicitamente demonstra a formação de um monopólio sobre a produção de mercadorias, logo sobre o lucro que essas irão trazer aos grandes capitalistas (sendo esses um pequeno grupo). É possível imaginar, como os pequenos e médios capitalistas se situaram nesse quadro de expansão do modo de produção capitalista e como a concorrência entre uns e outros já seria inexistente perante os grandes monopólios. Nas crises econômicas, as empresas “mistas”, claramente irão se manter estáveis com relação as empresas “simples” já que sua produção pode ter como foco uma única matéria-prima, mas consegue transformá-la em diferentes tipos de mercadorias, o que eleva ainda mais a luta de concorrência em momentos de depressões da economia. Lênin (1917, p. 8), citando o economista burguês Heymann, diz: “[...] as empresas simples perecem, esmagadas pelo preço elevado das matérias-primas e pelo baixo preço dos artigos manufaturados”.

O período imperialista não ficou marcado apenas pelos monopólios industriais, mas também existiu uma enorme participação dos bancos e sua nova forma de funcionamento ao modo de produção capitalista. Nesse momento, os bancos deixam de ser meros intermediários de pagamento e assumem um novo papel, que foi crucial a nova forma que o capitalismo tomaria.

Segundo Netto e Braz (2006, p. 178), os bancos que foram originados das “casas bancárias”, com um papel básico em um capitalismo nascente, se tornaria um enorme aliado do estágio do capitalismo monopolista, quando começaram a empregar o sistema de créditos, graças aos monopólios industriais. Os bancos agora concentravam um grande capital e podiam gerar enormes empréstimos. Na tentativa de sobreviverem a “livre concorrência”<sup>13</sup>, os

---

<sup>13</sup> Segundo Lênin (1917, p. 9), esse aspecto fundamental ao modo de produção capitalista foi desmistificado por Marx, em O Capital como “lei natural”. O autor (Marx), a partir de uma análise teórica foi capaz de comprovar

capitalistas (mesmo os pequenos e médios), acabavam por acessar ao sistema de créditos, com a finalidade de fazerem novos investimentos. Nesse movimento, o monopólio industrial trouxe enorme impacto sobre esse novo lugar na economia, que era exercido pelos bancos.

A partir de Lênin (1917, p. 8), pode-se notar que ocorre também um monopólio bancário, no movimento em que os pequenos bancos vão sendo “engolidos” pelos grandes, já que esses últimos concentram uma incomparável quantia de capital se comparados aos primeiros, na medida em que os pequenos bancos acabam se subordinando aos grandes. A centralização advinda dos monopólios industriais fez com que houvesse a monopolização dos bancos, e esses dois monopólios se atrelaram, a partir da citação feita por Netto e Braz (2006, p. 179), que “[...] os bancos compram ações dos monopólios [...] e se convertem em seus coproprietários. Por seu turno, os monopólios industriais também possuem ações dos bancos com que se relacionam. O fenômeno dessa concentração de capitais, definido por Lênin (1917, p. 29) pela junção do capital industrial com o capital bancário, é conhecido por *capital financeiro*.

E, por fim, uma última característica do imperialismo se apresenta no processo de partilha do mundo, ou seja, da dominação imperialista sobre países dependentes. Ficará mais notório os reflexos deste imperialismo tratado aqui, a partir do próximo capítulo, onde será mais reforçada a questão da mundialização do capital e como ela foi forçadamente aceita, pelos países de capitalismo dependente como os que constituem a América Latina, por exemplo.

---

que a livre concorrência, acaba por concentrar o capital e em um estágio elevado dessa concentração, chega-se ao monopólio.

## **CAPÍTULO 2- As contribuições de José Carlos Mariátegui, Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini para a análise do capitalismo dependente na América Latina.**

Como foi externado anteriormente, para que se chegasse na atual organização societária, a sociedade mundial passou por outros processos, como nas sociedades pré-capitalistas, onde não existia a formação de classes, e onde tudo o que era buscado na natureza meramente em prol de sobrevivência, era dividido igualmente por toda uma comunidade. Entretanto, no decorrer da evolução capitalista, essa divisão igualitária é deixada para trás, e o que pode-se notar é que o ser natural cada vez mais perdeu sua essência, para que o ser social almejado, tomasse seu lugar.

Foram várias as metamorfoses ocorridas, até a chegada do desenvolvimento do capitalismo em escala mundial, com o imperialismo. No entanto, observa-se que para que isso se concretizasse, os idealizadores dessa mundialização souberam usufruir daquilo que já lhes era favorável, para essa conquista. Quando se trata do que já lhes era favorável, é com base na era colonial, onde países como os que constituem a América Latina já haviam passado por um processo de fragilização social, enquanto colônias europeias. Quando se fez necessária a mundialização do capitalismo para a expansão do modo de produção capitalista, inicia-se a corrida por matérias-primas com o intuito de aumentar a produção, e isso seria feito a qualquer custo, assim como a exportação daquilo que era produzido.

É válido ressaltar, que não houve uma escolha por parte dos países subordinados, nem anteriormente na fase colonial e tampouco na era capitalista. Primeiro destroçaram essas nações e seus povos, implementaram o medo através do açoite e para que esses mesmos povos se vissem livres de tal aprisionamento e violência, ofereceram em troca mais aprisionamento e mais violência, só que agora estas foram impostas por outro método, já que o capitalismo prega a liberdade. No entanto, não existe liberdade em uma sociabilidade que te obriga a produzir lucro para alguns, para que você não morra por falta de bens de primeira necessidade.

Neste capítulo serão explicitados os reflexos da mundialização do capital, para o continente latino-americano e como em decorrência a esse fenômeno, somado aos processos sócio-históricos aos quais esses países foram submetidos precedentemente, os colocaram em um lugar de dependência dentro da atual sociabilidade.

## **2.1 – A inovadora análise de Mariátegui**

José Carlos Mariátegui (1894-1930), foi um ilustre intelectual peruano, além de jornalista e militante político revolucionário, que carrega o título de um dos primeiros pensadores marxistas na América Latina. O autor, sem dúvida, contribuiu de forma coerente com às perspectivas que são vivenciadas no continente, o que foi um enorme incremento para as lutas sociais latino-americanas.

Em *Sete ensaios de interpretação sobre a realidade Peruana*, que Mariátegui escreveu na segunda metade da década de 1920, o que torna essa obra ainda mais impressionante, pelo fato de que o autor conseguiu naquela época ter uma visão extremamente coesa sobre a realidade latino-americana, no que se trata de sua inserção ao modo de produção capitalista, onde nas palavras de Rubo e Querido (2013, p. 1), “[...] sua obra pode ser considerada uma das mais brilhantes tentativas de “traduzir” o marxismo para a realidade social e simbólica latino-americana”.

Em sua obra, Mariátegui (2010) aborda inicialmente a questão econômica que se deu no Peru em sua fase colonial e como do fator econômico se desdobrou na configuração do capitalismo dependente. O autor afirma que a economia colonial foi um marco determinante para a história peruana. A partir da conquista espanhola, se desintegrou completamente a economia incaica, que funcionava a partir da coletividade que já estava implementada naquela sociedade perante as subsistências abundantes que haviam em suas terras. Após A conquista colonial, o povo inca foi segregado em comunidades dispersas.

Os conquistadores apenas tiveram o trabalho de se apossar de forma desumana das riquezas do povo inca, que incluíam os templos, palácios, tesouros e, para além, sua união e crenças únicas. Aos conquistadores coube a divisão, entre eles próprios, das terras e também daquele povo, “[...] sem se preocuparem por seu futuro como forças e meio de produção” (MARIATEGUI, 2010, p. 34).

A Espanha, então, precisando organizar a colônia de forma política e econômica, utilizou-se das terras e da exploração de outras riquezas apossadas (como o ouro e a prata, por exemplo). Após destroçarem todo um povo (os incas), que já possuíam sua própria estrutura e superestrutura de cunho “socialista”, na acepção de Mariátegui, os conquistadores agora implementariam um novo modo de produção, o feudal, como se referiria Mariátegui (2010). É

válido ressaltar que o feudalismo, de fato, não chegou a ser efetivado na América Latina. Esse modo de produção foi anteriormente explicitado no capítulo anterior, porém, dado o período em que o autor escreveu a obra, compreende-se a comparação.

No Peru, assim como em outras colônias espanholas, não houve inserção de grandes grupos pioneiros, como se observou por exemplo, nas colônias inglesas. “Para a América espanhola praticamente só vieram os vice-reis, cortesãos<sup>14</sup>, aventureiros, clérigos, doutores e soldados”, sendo a corte de Lima constituída de “alguns conventos, inquisidores, comerciantes, criados e escravos” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 34).

Os conquistadores espanhóis logo perderam o horizonte do modo de produção que haviam implementado na colônia peruana, já que para os trabalhos executados nas fazendas, tiveram de recorrer a importação de escravos negros. Na Europa, o modo de produção escravista é substituído pelo feudal, onde os servos apesar de presos e reclusos aos limites de seus feudos e, também, aos impostos e punições severamente violentas, caso não seguissem as “leis” criadas pelo senhor feudal, tinham direito a parte do que produziam, o que não ocorria na escravatura de pessoas africanas na América Latina. Para além disso, como bem salienta Mariátegui (2010, p. 35), a quantidade de pioneiros que se encontravam no Peru não bastava para a exploração de toda riqueza que existia naquele território, assim como o autor dá ênfase no fracasso da criação de uma economia “sólida e orgânica” por parte dos colonizadores. Logo se compreende como tão facilmente se perdeu a consolidação da estrutura e superestrutura que idealizaram de início os conquistadores espanhóis. Quando chegaram dominando o povo incaico e suas riquezas (culturais, materiais, etc.), não pensaram em se apropriar do que era mais importante e funcional para que tivessem uma bem sucedida colonização, já que os incas tinham plena consciência de como organizavam sua economia, ao contrário do que mostraram os espanhóis - “Em vez da utilização do índio, parecia perseguir seu extermínio” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 35) – e esse foi o caminho traçado para o fracasso espanhol.

Seguindo a diante, as bases econômicas da república foram construídas sem a participação dos povos explorados. Com a raiz do que Mariátegui qualificou como modo de produção feudal, a colônia peruana, assim como outras que eram dominadas pela Espanha, mantinham um caráter político extremamente inflexível e medieval, determinado pelo rei espanhol, onde o mesmo monopolizava todo o comércio. Entretanto, já havia se iniciado,

---

<sup>14</sup> "Cortesãos", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/cortes%C3%A3os> [consultado em 26-09-2022].

segundo Mariátegui (2010, p. 37), a repercussão da ideia de “revolução da independência” por todo solo sul-americano. Como sabe-se, essa dita “independência” latino-americana emergiu através da necessidade da implementação dos ideais capitalistas, que nesse momento já visavam uma abrangência a nível mundial, e não propriamente para a libertação e emancipação substantiva dos nossos povos com relação as colônias europeias, o que nos tempos atuais se transformou em uma dependência econômica e cultural complexa.

Na Inglaterra ainda estavam em formação os interesses capitalistas. Na matriz do protestantismo e do liberalismo, se constituía nesse momento a determinação sobre a história mundial, o que levaria a Inglaterra a interferir e auxiliar a tal “independência da América do Sul”. Como frisa o autor (MARIÁTEGUI, 2010, p. 38), naquele período, retratando uma economia já superada por não poder comercializar com outras nações, as colônias espanholas se viram atraídas pelo que era ofertado através dos colonizadores de novo tipo, uma economia manufatureira e defensora do livre comércio. Atração ainda maior ocorria desses novos tipos de colonizadores com relação às colônias espanholas (e de toda América do Sul), já que eram necessárias para a funcionalidade do nascente modo de produção.

Assim é estabelecida uma nova relação, ao qual as colônias latino-americanas começam a fazer trocas com o Ocidente capitalista. Daqui eram enviados produtos do solo e subsolo e de lá chegavam “tecidos, máquinas e mil produtos industriais”, como bem externa Mariátegui (2010, p. 38). O que nos leva a uma reflexão rápida, porém, complexa. O autor fala de forma extremamente acertada quando se refere aos banqueiros e aos industriais (os burgueses), como “colonizadores de novo tipo”, já que é notório o lugar onde se encontram as “embrionárias formações nacionais” da América do Sul, agora vivendo a intitulada “revolução da independência”, ao qual mudaram-se os colonos e também, o modo de produção. Todavia, o povo latino-americano é novamente enganado, cedendo ao Ocidente capitalista sua riqueza extraída do seu solo e subsolo, recebendo em troca mercadorias que serviram meramente como manipulação para a introdução da ideologia capitalista.

O autor ainda acrescenta que nesse contato existente com a civilização do Ocidente, os países mais beneficiados foram os mais próximos de acesso da Europa, onde ele cita a Argentina e o Brasil. Aborda também o impacto que essas relações mais atenuadas com esses países fizeram, no sentido de influenciar a economia e cultura desses povos, já que a chegada de imigrantes europeus e com eles maquinários e ideais capitalistas foram de enorme contribuição para a industrialização mais acelerada dessas recentes nações.

A democracia burguesa e liberal pôde lançar ali raízes seguras, enquanto no resto da América do Sul isso era impedido pela subsistência de tenazes e extensos resíduos de feudalismo (MARIÁTEGUI, 2010, p. 38).

Já no Peru existiu uma diferenciação com relação aos outros países da América do Sul, nesse momento da história latina. Pela distância geograficamente dita que existe entre a Europa e o Peru, e com o recurso de transporte sendo a embarcação naquela época, gerou-se uma barreira no contato dos países do Ocidente capitalista para com a nação peruana. Entretanto, a distância geográfica entre o Peru e o Oriente era menor se comparada aos países europeus e daí se inicia uma relação comercial entre a civilização peruana e asiática. A partir desse estreitamento de laços, no Peru começam as migrações chinesas, que chegam no intuito de substituir a mão-de-obra dos (as) negros (as) escravizados (as), que trabalhavam nas fazendas durante o peculiar feudalismo estipulado pelo vice-reinado espanhol, o que vem a alforriar a população escrava e aproximar a nação peruana de uma “economia mais ou menos burguesa” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 38). Contudo, segundo Mariátegui (2010, p. 38), existiu uma estipulação advinda da independência influenciada pelos ocidentais, que fez com que não fosse suficiente o contato com o Oriente, pois havia agora a necessidade do maquinário e da industrialização pregada através dos ideais burgueses que eles simplesmente ignoraram e não supriram ao povo peruano.

Além da análise sobre a economia colonial e o período da república, Mariátegui destaca também as duas mercadorias extrativistas mais requeridas pelo imperialismo: o guano e o salitre. Não demoraria muito para que os ocidentais novamente entrassem em busca com relação ao Peru e o que essa nação teria para oferecer de contribuição ao modo de produção que entrava em vigência, o capitalista. Quando se tornou novamente interessante aos olhares burgueses a nação peruana consegue suprir a necessidade deixada historicamente pela “revolução da independência”, à qual acreditou fielmente que lhe colocaria em uma situação melhor, já que finalmente se veria livre da organização societária que lhe era imposta, e que monopolizava todo e qualquer comércio que poderia existir no país, assim como abandonar a prática escravocrata que arraigava aquela colonização.

Segundo o autor (MARIÁTEGUI, 2010, p. 39), a progressão que emerge na economia peruana, deve-se ao descobrimento da riqueza que ofereciam o guano<sup>15</sup> e o salitre<sup>16</sup>, que em suas palavras seriam “substâncias grosseiras”, mas que com eficácia e proeza, ocupariam o lugar do ouro e da prata para a industrialização capitalista. Uma grande problemática que existia para que o Peru se relacionasse comercialmente com os ocidentais era justamente a distância geográfica que existe nesse percurso. Entretanto, o ouro e a prata era o que realmente ficava fora do alcance facilitado das navegações enviadas do Ocidente. Para serem extraídos era necessário o deslocamento até as entranhas dos Andes, enquanto o guano e o salitre eram encontrados na costa “quase ao alcance dos barcos que vinham buscá-los” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 40).

O guano e o salitre assumem, nesse momento, o papel de protagonistas no que tange a principal renda fiscal peruana. Por nunca antes ter degustado dos falsos prazeres que ofertavam o industrialismo europeu, o Estado peruano sente-se finalmente dentro do jogo capitalista e, cegamente e intensamente, se atrela a esse novo mundo sem temer dias posteriores ao ápice econômico, fato que se explicita através das palavras de Mariátegui (2010, p. 40), quando o mesmo afirma que “[...] o Estado usou sem medida o seu crédito, viveu no desperdício, hipotecando seu futuro junto à banca inglesa”. Mais tarde o impacto sobre decisões errôneas, porém, manipuladas que partiram do Estado peruano, trariam seus impactos. Ao criar laços tão desmedidos com a Inglaterra, o Peru acabou por ceder o controle da sua economia aos britânicos, decorrente as dívidas que surgiram nesse processo de implementação da industrialização ocidental.

Os peruanos sentiram as consequências de sustentarem sua economia quase que unicamente sobre o guano e o salitre (riquezas naturais), que foram colocados em evidência as posses de um capitalismo estrangeiro. É importante enfatizar a Guerra do Pacífico, que se deu justamente pelo interesse na exploração do salitre que era encontrado no Atacama, segundo Silva (s.d., n.p.). A divisão confusa dos territórios, que se deu desde a colonização espanhola, foi de grande contribuição nesse momento de guerra já que faziam países distintos dividirem territórios compartilhados. Posteriormente o salitre, considerado uma enorme fonte de riqueza

---

<sup>15</sup> Adubo de substâncias orgânicas e, particularmente, do excremento das aves. “**Guano**”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/guano> [consultado em 26-09-2022].

<sup>16</sup> Nitrato de potássio (ex.: *o salitre é prejudicial às alvenarias*). = NITRO. “**Salitre**”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/salitre> [consultado em 26-09-2022].

para os países que dele dependiam (Bolívia, Peru e Chile) no mundo da industrialização, foi o que potencializou a guerra por território. A questão é que por tomadas e influências de países do Ocidente, os países da América do Sul se envolveram em conflitos e em enormes perdas culturais, políticas e econômicas.

A economia peruana se encontrava devastada no pós-guerra, já que perderam por completo o domínio sobre o guano e o salitre, quando perderam territórios na disputa bélica. Na tentativa de reorganizar o que restou após a devastação no solo peruano, a burguesia que havia se formado no pico da economia nacional, logo assume à frente dos interesses da nação, o que por um lado não deixou com que os chefes militares assumissem o Estado, mas, por outro lado, beneficiou apenas aquela camada capitalista de latifundiários e proprietários. O proletário peruano, assim como a pequena e média burguesia, não foram levados em consideração, ao que se era denominado por uma parcela societária (latifundiários e proprietários), a solução para o problema monetário do país (MARIÁTEGUI, 2010).

Retomando as consequências iniciais dos laços desmedidos que surgiram entre o Peru e a Inglaterra, é válido lembrar que nessa situação o governo britânico estipulou as condições para que houvesse o contato peruano com a industrialização ocidental. Nesse sentido, querendo se aproximar das características da burguesia Ocidental, o Estado peruano se afundou em dívidas e para que esse problema fosse resolvido, entregou suas linhas férreas aos britânicos, onde nas palavras do autor (MARIÁTEGUI, 2010, p. 40) “[...] tivemos mais tarde que entregar a administração das estradas de ferro, ou seja, as próprias molas da exploração de nossos recursos”. Esse acontecimento se deu através do *Contrato Grace*, que por sua vez, proporcionou garantias para novos investimentos britânicos no Peru. Logo, quando se finda a construção da ferrovia para La Oroya, segundo o autor (MARIÁTEGUI, 2010), com o aumento da mobilidade do comércio internacional até o Departamento de Junín<sup>17</sup>, se torna facilitada a exploração em ampla escala das riquezas minerais peruanas, o que leva novamente os britânicos (mas não somente), a se interessarem pelos negócios comerciais no Peru.

Com a abertura do Canal do Panamá começa a existir maior aproximação do Peru com os Estados Unidos, maior que a estipulada entre o Peru e a Europa. Essa relação formada a partir da exploração do cobre e do petróleo peruanos (dois dos maiores produtos da nação, como externa o autor), por parte dos Estados Unidos, muda extrema e significativamente o quadro

---

<sup>17</sup> “O Peru é uma república centralizada. O Departamento é uma divisão administrativa que não tem a mesma autonomia que os Estados no Brasil” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 43 – *nota do tradutor*).

econômico da nação peruana, que ainda estará arraigado aos traços capitalistas que adotou após a “revolução da independência”, mas já com um certo afastamento do contato antes fortemente estipulado com os ocidentais.

Após essa análise da gênese e desenvolvimento econômico do Peru, que aprofunda o caráter dependente da economia capitalista em emergência, o autor passa a discutir o principal personagem deste processo: o problema do índio. Mariátegui (2010) inicia esse subcapítulo com enormes críticas, porém acertadas, sobre o olhar que foi dado ao problema do índio no Peru, durante o período colonial e principalmente, posterior a esse período. Reduzir uma problemática que trouxe tantos reflexos à sociedade peruana, como mero problema econômico-social, é realmente abordar um assunto com tamanha seriedade de forma exacerbadamente superficial.

É notório que o problema econômico (que se iniciou com a colonização peruana), foi a gênese para a devastação indígena, já que foi através de completa desvalorização, represália e consequente genocídio desses povos, que os colonizadores espanhóis conseguiram se apoderar do território peruano, e fazer com que seus ideais fossem reverberados aos originários que já se encontravam nessas terras.

Para ficar mais esclarecido a complexidade desse problema, Mariátegui (2010, p. 55) traz a questão do *ganomales*<sup>18</sup>, que por sua vez detinham tamanho poder, que até mesmo ignoravam as leis, incluindo às leis direcionadas para a proteção do povo indígena. Por exemplo, mesmo já existindo a proibição com relação ao trabalho gratuito e forçado, nas fazendas e grandes latifúndios, ambas as formas de trabalho mencionadas ainda eram vigentes. Os ganomales interviam direta ou indiretamente através do Parlamento, e as ideias que se opusessem a eles, levariam até mesmo ao abandono e sacrifício.

O autor (MARIÁTEGUI, 2010, p. 55-56), cita a obra do dr. José A. Encinas (*Contribución a una legislación tutelar indígena*), que aborda a questão da terra com relação aos povos indígenas, mas se limita a um debate unicamente jurídico a respeito do assunto. É válido ressaltar que ir contra ao ganomalismo, não era uma boa opção, imaginando-se as consequências que viriam através dessa ação. No entanto, Mariátegui manteve corretamente sua crítica com relação a obra, que não atingiu o problema em sua raiz, já que Encinas afirmava

---

<sup>18</sup> “Pessoas que impõem a sua lei e seu mandato em uma região ou uma cidade pelo seu poder econômico e político. Pessoas influentes em cada região. Chefe, chefe. Eles geralmente só apoiam aqueles que defender os seus interesses” (Danilo Enrique Noreña Benítez, s.d., n.p.) Disponível em: <https://pt.significadode.org/gamomales.htm> Acesso em: 02 de maio de 2022).

que deveria existir a distribuição das terras, por parte do Estado e da Igreja (ignorando que nem a lei e nem a religião detinham nesse momento maior poder que os ganomales, deixando assim uma contribuição rasa sobre essa demanda), e não tratou em nenhum momento sobre a expropriação de terras por parte dos latifundiários. O maior problema sobre o que se escreve de forma incompleta, sobre uma questão tão profunda, é justamente a repercussão que essa informação pode tomar, onde muitas pessoas podem se apoiar até os tempos atuais, em uma crítica superficial, desmerecendo assim a real complexidade que o assunto exige.

Mariátegui (2010, p. 56) acrescenta em sua crítica que a maior das derrotas em seu ponto de vista, com relação a proteção dos indígenas, foi reduzir essa questão a um problema meramente administrativo. Desde os primeiros passos para a independência, caminhando para uma república, foram criadas leis e decretos que buscavam proteger os povos originários da “cobrança de impostos e outros abusos”, ou seja, medidas administrativas foram tomadas e, no entanto, não resguardaram os indígenas do ganomalismo. O autor (MARIÁTEGUI, 2010, p. 57) refere-se ao caráter individualista da república peruana, que impactou de forma negativa a questão das terras, facilitando o monopólio das propriedades indígenas pelos latifundiários. Mariátegui (2010, p. 57) levanta ainda que “a situação do índio, a esse respeito, estava contemplada com mais realismo na legislação espanhola”, ou seja, em tempos anteriores se tinha um debate talvez menos retrógrado, do que o que se fazia no período da república. Abordando ainda as ditas raízes feudais na sociedade peruana, o autor pontua que como em todos os países que se firmaram nesse mesmo modo de produção, enquanto não existe a real aniquilação dos feudos, não se possibilitaria a legitimação de direitos.

O teórico também fala a respeito de tratar o problema do índio como um problema meramente étnico, e em suas palavras dá a entender que seria mais uma suposição insuficiente sobre o assunto, quando levanta tal hipótese como o “repertório mais envelhecido das ideias imperialistas” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 57). De fato, conceitos eugenistas<sup>19</sup> são um tanto quanto obsoletos, já que visam que hereditariamente uma raça humana, pode se sobressair a outra, unicamente pelo fator genético distinto entre ambas, como afirma Mariátegui (2010), que disserta sobre essa estratégia do Ocidente branco como mecanismo de expansão e conquista.

O autor também problematiza a consideração de que a questão indígena tem ligação com uma problemática moral, sendo considerado essa posição conservadora e fútil. Mariátegui

---

<sup>19</sup> **"Eugenia"**, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/eugenia> [consultado em 26-09-2022].

(2010) cita como exemplo as conferências e sociedades antiescravistas na Europa, que se manifestavam contra os crimes cometidos nas colônias pelos colonizadores, apoiando-se justamente na defesa pelo sentido moral da civilização.

Ponderar o problema do índio através de uma resposta eclesiástica, seria se basear, segundo Mariátegui (2010, p. 59), na solução mais antiquada e até mesmo anti-histórica de todas. Em outros tempos, anteriores aos aqui mencionados, ainda com a Igreja sendo uma influência preponderante em escala mundial, talvez a religião poderia ter algum posicionamento de maior vigor perante a situação. Entretanto, trazendo essa hipótese para o período aqui dissertado, era direcionada “ao missionário a função de mediar entre o índio e o gamonal”.

Novamente adentrando o debate com relação ao feudo, como dito antes, para o autor, enquanto esse não fosse completamente extinto, o acesso aos direitos seria sempre superficial. Portanto, outro viés de análise que não seria suficiente para a solução do problema indígena seria a educação. A educação é inquestionavelmente emancipatória a mente humana, todavia, a partir de Mariátegui (2010, p. 60), esta não seria capaz de surtir efeito aos índios com o gamonalismo ainda em vigência, já que por si só esse sistema é completamente contraditório a educação do índio. Para as conveniências dos latifundiários, nada importava a evolução no sentido educacional para a população indígena, pelo contrário, como externa o autor, “[...] sua subsistência tem na manutenção da ignorância do índio o mesmo interesse que no sentido do alcoolismo”. Para o teórico, com o mecanismo que era empregado no latifúndio feudal (a servidão), basicamente anulava qualquer efeito pedagógico que a educação poderia trazer para a população originária.

A condição do indígena pode melhorar de duas maneiras: ou o coração dos opressores se condói a ponto de reconhecer o direito dos oprimidos, ou o ânimo dos oprimidos adquire virilidade suficiente para castigar os opressores. (PRADA, Gonzalez *apud* MARIÁTEGUI, 2010, p. 58).

Após identificar todas essas respostas ao problema do índio, Mariátegui identifica a questão da propriedade da terra como central para a resolução desta problemática. Mariátegui (2010) esclarece sobre a revolução da independência e a propriedade agrária. Nesse momento ele aponta os problemas da terra já sob a república, onde o mesmo afirma como a burguesia peruana estava atrasada quando ocorreu a revolução, o que conseqüentemente afetou a questão agrária do país.

É válido ressaltar que a revolução no Peru, em grande parte, veio por meio de interesses externos, o que não permitiu com que os ideais corretos se manifestassem na massa

populacional peruana, para que ocorresse uma verdadeira revolução pela independência. Sendo assim, questões como problemáticas que surgiriam decorrentes à terra e o seu uso no modo de produção capitalista, nem sequer foram levantadas. As pressões externas, somadas com a sede por uma libertação com relação aos colonizadores, fez com que a revolução tomasse um caminho inesperado. Segundo o autor (MARIÁTEGUI, 2010) os indígenas peruanos foram excluídos do processo da tal independência, o que ocasionou em um programa revolucionário que não representava as reivindicações destes.

Mariátegui (2010, p. 83), sempre considerando o feudalismo como um dos modos de produção que fizeram parte da história do Peru, associa essa sociabilidade com a questão dos latifúndios que existem no país. O autor ainda esclarece que as políticas impostas na república deveriam ter acabado com o monopólio da terra, entretanto isso não ocorreu e os latifundiários nem mesmo foram atingidos por tais leis. A repartição que deveria ter ocorrido das terras com os indígenas, tornando-os pequenos proprietários, nunca chegou a existir, onde o autor comenta sobre a contradição presente nas leis da república, que tinham de representar uma revolução, todavia “a emancipação do indígena como servo”, basicamente não se sucedeu. Para que houvesse a efetivação da emancipação dos povos originários enquanto servos, estes não deveriam mais ter que se submeterem ao trabalho nos latifúndios, pois isso remetia a relação existente no tempo colonial, entre servos e senhores feudais, porém agora essa relação se representava entre indígenas e latifundiários.

Em seguida, Mariátegui (2010, p. 85) traz ao debate a questão do militarismo que se instaurou no Peru durante a república. Utilizando-se dos escritos de Vasconcelos, o autor aborda muitos elementos sobre o caudilhismo militar e seus efeitos na nação peruana, como por exemplo a afirmativa de que esse caudilho<sup>20</sup> frequentemente era a base de sustentação para que se mantivesse o latifúndio no país. O poder arbitrário e o latifúndio são termos complementares um do outro, e nessa lógica claramente existe a participação militar, já que com a força das armas o despotismo era algo cabível aos caudilhos, onde Vasconcelos é objetivo em suas palavras ao assegurar que “quase não existe caudilho que não termine como fazendeiro”. Vasconcelos também externa que no colonialismo, todos deviam seus bens à Coroa espanhola, mas após a revolução pela independência deveriam ceder a favores e concessões ilegítimas impostas pelos generais “em nossas falsas repúblicas”

---

<sup>20</sup> Chefe de facção, de partido ou de bando armado. "**Caudilho**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/caudilho> [consultado em 26-09-2022].

É importante frisar que para o autor (MARIÁTEGUI, 2010, p. 86), de certa forma, o militarismo foi indispensável naquele momento da história, já que para se inserir ao modo de produção capitalista o Peru teve de se submeter a ele. Porém, ele esclarece que sem uma classe que comandasse de alguma maneira o caudilho, esse ficou desordenado e deteve um poder autocrata demasiado. Trazendo ainda uma crítica ao presidente da época (Castilla), Mariátegui (2010, p. 86) aborda que o governante deixou que o caudilhismo militar atingisse seu ápice e não conseguiu colocar em prática a finalidade do seu governo, que era implementar uma política liberal. O presidente notou que os liberais peruanos não constituíam nada além de um agrupamento de pessoas com ideias e objetivos semelhantes, mas nem de perto formavam uma classe, desse modo, Castilla evitava qualquer oposição contra os interesses da classe conservadora. De todo modo o autor enfatiza que foi nesse governo que trouxe a abolição da escravidão e da servidão dos indígenas, o que caracterizou as atitudes liberais do presidente.

É importante expor que com a promulgação do Código Civil do Peru, gradativamente sendo estabelecido, a deterioração do militarismo era iminente. Para Mariátegui (2010), o Código Civil não passava de uma instrumentalidade da política liberal, o que se confirma pelo fato da consolidação do latifúndio onde a única a sofrer com o resultado da não efetivação das leis que tratavam da redistribuição das terras, em prol da existência das pequenas propriedades para os trabalhadores da terra, foi a comunidade indígena.

Outro fator que se fazia notório era sem dúvida a educação espanhola, que obtinha certo estranhamento a cultura industrial proposta pelo capitalismo. A partir de Mariátegui (2010), observa-se que por parte desse estranhamento fez com que se concentrasse o capital comercial quase totalmente ao domínio de estrangeiros, o que economicamente afastava a ideia do surgimento de uma burguesia urbana vigorosa. Desse modo surgiu a associação entre os estrangeiros que representavam o capital comercial e a aristocracia latifundiária, sendo que neste segundo, como já dito anteriormente, havia a dominação do poder político. Por fim, a burguesia urbana (composta por profissionais e comerciantes) acabava por ser incorporada ao civilismo.

Com base na obra do autor, o poder da classe civilista era advindo em grande parte da propriedade da terra. Ele afirma que esses civilistas, no início, ainda não se configuravam como capitalistas, mas sim como classe proprietária. A posse das terras que foram tomadas no colonialismo, passaram de forma hereditária para os agora considerados “classe proprietária”, o que nesse período republicado concedeu a essa classe a posse do capital comercial. A manutenção ofertada com relação ao condicionamento extrassocial dos indígenas, não criou a

oposição necessária aos latifúndios, o que possibilitou a classe proprietária o conservadorismo sobre o domínio da terra, fator que possibilitou o desenvolvimento da grande propriedade.

Mariátegui (2010, p. 88-89) fala sobre a posição do liberalismo na manutenção citada acima, onde o autor confirma que pela política liberal não ter gerado nenhuma forma de oposição ao latifúndio, automaticamente se colocava contra a “comunidade”, afinal, não se posicionar é uma forma de posicionamento. A destruição das comunidades pouco tinha a ver com a transformação dos indígenas em pequenos proprietários, e nem mesmo com a conversão destes povos em assalariados livres, na verdade o objetivo principal era conceder suas terras aos ganomales, o que permitia a frequente vinculação dos indígenas com o latifúndio.

A partir dos escritos de Mariátegui, tratando de uma particularidade latino-americana peruana, observa-se a necessidade de entender essa realidade de modo mais amplo a respeito da América Latina. Deste modo, nos próximos capítulos, a partir da visão de outros autores esse debate será complementado. Apesar do autor ter trazido uma ideia a respeito do que foi feito dentro da nação peruana, observaremos que existe muito em comum no que se foi aplicado por todo o continente latino-americano, com relação a sua inserção violenta ao modo de produção capitalista.

## **2.2 - Fernandes e os padrões de dominação na América Latina**

Florestan Fernandes (1920-1995), foi um teórico brasileiro, nascido em São Paulo e vindo de origem proletária, o mesmo conheceu bastante de dois mundos. Filho único da portuguesa Maria Fernandes, segundo Frazão (2019, n.p.), não chegou a conhecer seu pai, mas teve o auxílio de sua madrinha Hermínia Bresser de Lima em sua criação, o que o oportunizou seus estudos. Obteve sua formação em Ciências Sociais em 1943, pela Universidade de São Paulo (USP), o que apenas deu início a sua carreira. Fernandes é considerado como precursor da Sociologia Crítica no Brasil, além de ter sido político (sendo até mesmo deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores), sociólogo e ensaísta brasileiro. O autor oferta importantes contribuições em suas obras, onde ele faz uma construção analítica sobre a dominação por parte do modo de produção capitalista, sobre a população latino-americana.

A partir da obra de Florestan Fernandes (1981), *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, mais propriamente o primeiro capítulo, *Padrões de Dominação Externa na América Latina*, a análise sobre a contribuição do autor referente à particularidade da formação social neste continente irá se deter. Este autor explicita de maneira mais geral o que já podemos perceber através do capítulo anterior, mas que até então, trazia uma carga sócio-histórica direcionada de forma mais particular ao Peru. Fernandes (1981, p. 11) começa seu debate externando sobre a “expansão da civilização ocidental”, que como vimos através de Mariátegui (particularmente a respeito da nação peruana), veio a partir do contato da colonização espanhola e portuguesa com a América Latina. Fernandes traz um diálogo mais abrangente, de modo que trata o início do capitalismo no continente latino-americano (as chamadas revoluções pela independência) como uma forma mais complexa de colonialismo.

Fernandes (1981, p. 11-12) explica que para os países latino-americanos, a inserção ao capitalismo não foi nada fácil. Por todo contexto histórico registrado em nosso continente, após as colônias serem introduzidas em um novo modo de produção, com certeza seria um processo mais vagaroso se comparado ao que se deu nas nações capitalistas hegemônicas. Enquanto aqui o capitalismo ainda estava criando raízes em nossas sociedades, nos países da Europa e nos Estados Unidos ele já estava sofrendo modificações, tais quais, que se tornou necessária a expansão dessa sociabilidade até a América Latina. O autor esclarece, também, sobre a posição privilegiada em que determinada camada da sociedade sempre se encontrou, mesmo antes do modo de produção que se instaurava, com a enorme dominação de riquezas. Em consequência à institucionalização, advinda do poder que uma parcela societária detinha “a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida”, já era algo previamente determinado. As demandas consideradas como “interesses supremos da Nação”, na verdade só correspondiam aos interesses das parcelas privilegiadas das sociedades do continente, o que impedia diretamente um movimento revolucionário para o povo e facilitava as manipulações externas a partir da estruturação interna.

É importante dar ênfase em dois pontos que o autor levanta, e que configuravam e ainda configuram duas enormes problemáticas para a América Latina.

O primeiro é a nova forma de imperialismo e a sua difusão sob a hegemonia de uma superpotência capitalista, os Estados Unidos. O outro consiste em como enfrentar o imperialismo, na época das grandes empresas corporativas e da dominação implacável por parte de uma nação americana, dadas as debilidades econômicas, socioculturais e políticas predominantes, mesmo nos países mais avançados da região (FERNANDES, 1981, p. 12).

Ou seja, uma nova etapa do imperialismo se constituía para a América Latina, que saiu de um quadro de dominadores europeus e foi para os dominadores norte-americanos. O caudilhismo militar que se configurou no Peru, como visto na seção anterior, foi uma determinação para todo o continente. Combater os novos dominadores era um desafio, tanto quanto foi combater os anteriores, ainda mais sob uma nova lógica social, que funcionava de maneira bem mais sistematizada que a precedente. Nesse processo é válido lembrar que além de novos dominadores e novas dominações, a América Latina ainda tinha de se industrializar, adaptando-se ao modo de produção capitalista.

No entanto, o autor (FERNANDES, 1981, p. 13) retorna a era colonial, para explicar as fases e formas da dominação externa com relação a América Latina. É necessário frisar que a dominação, dita em termos jurídicos, tinha dois princípios: o legal e o político. Os colonizadores deviam obediência e lealdade as Coroas de Espanha e Portugal, onde de todo modo, ambos eram beneficiados pelo processo de dominação, tanto as Coroas, quanto os colonizadores. Os princípios legais e políticos tinham como um de seus papéis impor uma ordem social que garantisse que os interesses de uns e outros fossem resguardados, onde através de uma dominação violenta, através de “[...] trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de nativos, africanos ou mestiços)”, em que essa ordem social não poderia ser mais propícia em sua função, o que configurou uma exploração ilimitada.

Fernandes (1981) esclarece que através da perspectiva sociológica, alguns fatores foram determinantes para justificarem a crise do sistema colonial. No primeiro, o teórico aborda a questão do financiamento desse tipo de dominação, onde a estrutura econômica de Espanha e Portugal, não era suficiente para manter a descoberta das colônias, a exploração contínua e o desenvolvimento das mesmas. Desse modo, as Coroas de Espanha e Portugal tiveram de recorrer a outras nações, para que o financiamento da ordem colonial continuasse existindo. Outro fator fundamental para a crise da organização colonial foi a disputa pelo domínio econômico das colônias latino-americanas pelos países europeus, onde Fernandes cita como sendo os principais a Holanda, a França e a Inglaterra.

O segundo tipo de dominação externa, conforme Fernandes (1981) emerge como consequência da crise do sistema colonial. A Inglaterra tomou frente das atividades de exportação e importação do continente latino-americano, onde de início visou como benefício apenas o comércio e não a produção regional. Entre quatro ou cinco décadas, os países dominantes obtiveram unicamente o domínio de mercado da América Latina, já que durante esse período os países europeus que aqui instauravam o capitalismo apenas ocuparam uma

lacuna econômica que a ordem colonial havia deixado. Esse período foi demarcado por uma dominação externa largamente indireta.

Conforme o autor (FERNANDES, 1981), ocorreu também o terceiro tipo de dominação externa, que surgiu como consequência da revolução industrial na Europa. No segundo tipo descrito acima, a dominação externa que se deu de maneira sutil na América Latina, o que representou o chamado *neocolonialismo*, que já objetivava um próximo passo para o terceiro modelo de domínio que será abordado aqui. Esse neocolonialismo deu uma direção nova a industrialização europeia e resultou no acúmulo de capital para os países da Europa, principalmente para a Inglaterra, se tornando uma importante reserva ao avanço do capitalismo industrial. A metamorfose do capitalismo na Europa impactou diretamente a estruturação econômica, social e cultural latino-americana e no mundo. Desse modo, a dominação externa tornou-se imperialista, dando gênese ao capitalismo dependente na América Latina.

Ainda decorrente a terceira fase, o autor frisa a chamada “idade de ouro do capital estrangeiro” (FERNANDES, 1981, p. 17), donde a América Latina teve importante participação (com a acumulação de capital que proporcionou), e que, entretanto, não usufruiu do processo em si. Pelo contrário, o que as nações dependentes obtiveram como resposta ao progresso do capital estrangeiro foi ter suas economias “transformadas em mercadoria, negociáveis a distância, sob condições seguras e ultralucrativas” (FERNANDES, 1981, p. 17).

Houve ainda um quarto padrão de dominação externa, de acordo com Fernandes (1981, p. 18), considerado pelo autor como um fenômeno que emergiu de forma mais atual e conjunta com o crescimento das grandes empresas corporativas na América Latina, em que muitas dessas empresas se encontravam no âmbito “comerciais, de serviços e financeiras”, mas a maioria nas esferas da “indústria leve e pesada”. Essas empresas (representadas em sua maioria no campo da indústria), caracterizam o capitalismo monopolista<sup>21</sup> que através de alguns mecanismos (como corrupção, pressão, etc.), se apropriam de uma condição de liderança, que antes era representada por empresas nativas latino-americanas.

Para Fernandes (1981, p. 18), três pontos são cruciais para o entendimento do quarto padrão de dominação externa. No primeiro, o autor elucida que essa nova forma de controle

---

<sup>21</sup>Privilégio que dá o direito de uma indústria, de uma atividade ou do comércio de um artigo ou serviço a apenas uma entidade ou a uma pessoa. "**Monopólio**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/monop%C3%B3lio> [consultado em 26-09-2022].

assemelha-se com a forma de controle anterior (o sistema colonial), porém com a face “de um moderno mercado capitalista, da tecnologia avançada e dominação externa compartilhada”. A partilha foi definida entre a superpotência norte-americana<sup>22</sup>, tendo alguns países da Europa e o Japão como parceiros menores. Essa direção pressupõe um *imperialismo total*, que se define por meio de uma dominação externa que ocorre de dentro e que gera influência em todos os níveis da ordem social.

Desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. (FERNANDES, 1981, p. 18).

O segundo ponto explicita a manutenção de características advindas dos três outros tipos de dominação externa anteriores, donde as mudanças que ocorrem no continente latino-americano, incluindo o controle financeiro e o fornecimento de capital, por exemplo, continuaram sendo feitas por pessoal estrangeiro. Desse modo, é possível notar que nem mesmo os países mais avançados da América Latina deixam de sentir os reflexos do imperialismo total, onde os mesmos não possuem os requisitos básicos para desenvolverem, de forma rápida e autônoma as esferas econômicas, culturais e sociais de suas nações.

No terceiro ponto, o autor (FERNANDES, 1981, p. 19) conclui o resultado desse imperialismo total, onde se comprova que de fato uma economia dependente não possui estrutura para ultrapassar seu condicionamento de dependência, dentro dessa lógica. A burguesia<sup>23</sup> dos países latino-americanos, que representam os interesses privados internos, dedica-se com excelência em seus valores egoístas sobre a exploração do subdesenvolvimento. Ou seja, o processo de institucionalização já dito antes, se mantém da mesma forma, onde “os interesses da Nação”, não retratam de nenhum modo as necessidades do povo latino-americano de modo geral, mas sim de maneira específica a parcela privilegiada desta sociedade. A impregnação do imperialismo total em todas as esferas sociais da América Latina, se reforça exacerbadamente através do condicionamento de sempre se apoiar ao capital estrangeiro e, se agrava ainda mais pelo poder exercido pela classe dominante do nosso continente.

Pelo debate que foi externado até o momento, pode-se retornar ao período de neocolonialismo, onde as nações latino-americanas, dentro de uma sistêmica dominação

---

<sup>22</sup> Estados Unidos da América.

<sup>23</sup> Que Fernandes (1981, p. 19) descreve como “[...] os setores dominantes das classes alta e média”.

externa, servem de fonte de excedente e acúmulo de capital para os países de capitalismo avançado (FERNANDES, 1981).

Por tudo que foi apresentado até aqui, através da obra de Fernandes, agora se torna mais explícita a compreensão do novo imperialismo já descrito e o papel dos Estados Unidos como supremacia capitalista. Temos como centralidade do tachado como novo imperialismo o capitalismo monopolista, que como vimos, concentra-se em grande parte nas indústrias, que impacta de distintas maneiras as estruturas internas das nações latino-americanas. A partir do autor (FERNANDES, 1981, p. 21), mais especificamente após a II Guerra Mundial, as nações capitalistas dominantes (Europa, América e Ásia), pressionadas pela existência de uma economia socialista bem sucedida, viram-se obrigados a determinar uma defesa capitalista agressiva, que resguardasse a manutenção dessa organização societária. O antigo imperialismo era caracterizado pela disputa entre as economias nacionais avançadas, já o novo imperialismo foi definido em uma luta violenta pela sobrevivência “[...] do capitalismo em si mesmo”.

O surgimento do imperialismo total teve uma gênese sutil, que incorporou empresas corporativas tanto europeias, quanto norte-americanas, aos países capitalistas da América Latina, e que de maneira enganosa parecia contribuir favoravelmente com o desenvolvimento nacional autossustentado. Fernandes (1981, p. 22) acrescenta ainda que essa era uma conquista almejada pelas classes dominantes latino-americanas<sup>24</sup>, introduzirem-se às nações capitalistas avançadas. O egoísmo consciente dessas classes, no entanto, as levaram ao atrelamento irracional de “contribuições” econômicas e políticas externas, no intuito de gerar um desenvolvimentismo do modo de produção capitalista em suas economias. Os efeitos desse atrelamento logo ficaram claros, assim que as empresas corporativas estrangeiras se revertem em polos ativos das economias latino-americanas, que demonstraram o seu real objetivo, “[...] como influência estrutural e dinâmica interna e como um processo histórico-econômico”.

Ainda sobre os impactos gerados pelo novo modelo imperialista, Fernandes (1981, p. 22) afirma que as empresas que nasceram dentro de um mercado restrito, antes do imperialismo total, ou foram incorporadas pelas grandes empresas, ou foram aniquiladas por elas. A dita independência obtida através das revoluções pela América Latina, a fim de que as nações desse continente pudessem adquirir autonomia econômica e se inserirem a economia mundial, tida como livre, foi colocada à disposição dessas empresas corporativas.

---

<sup>24</sup> “[...] burguesias latino-americanas e suas elites no poder ou pelos governos” (FERNANDES, 1981, p. 22).

Fernandes (1981, p. 23), também ressalta que esse processo de imperialismo total não é um feito exclusivo dos Estados Unidos, mas essa economia exerceu um pioneirismo e, também, o domínio sobre tal fenômeno. Ainda reforça que além dos Estados Unidos, as principais nações que obtiveram benefícios lucrativos desse “recolonialismo” foram algumas europeias (Alemanha, França, Inglaterra, etc.) e o Japão. Em países de capitalismo avançado existem recursos materiais e humanos para contrapor as consequências negativas, advindas da empresa corporativa norte-americana. Porém o que ocorre na América Latina é que pela falta desses mesmos recursos o controle dos Estados Unidos em todos os setores da vida social se tornou mais facilitado, o que significou para a supremacia norte-americana a nossa “rendição total e incondicional”, de forma que as elites econômicas, políticas e culturais, favoreceram o mantimento desse controle, e utilizaram de tal domínio para “lutar contra a “corrupção” e para “evitar” o comunismo.

### **2.3 - Marini e a dialética da dependência**

Ruy Mauro Marini (1932-1997), foi um cientista social brasileiro, nascido em Barbacena-MG. Segundo Carlos Eduardo Martins (s.d., n.p.), Marini é uma das mais importantes referências que constituem o pensamento crítico latino-americano. Militante e intelectual, compôs um grupo de brasileiros que buscavam entender o subdesenvolvimento e a exploração do modo de produção capitalista na América Latina, e assim o autor chegou à Dialética da Dependência, que será esclarecida no decorrer desse capítulo.

A partir da obra de Ruy Mauro Marini (2011), *Dialética da Dependência*, subte-se que a América Latina teve uma importante contribuição no que se refere a criação e desenvolvimento da grande indústria. Como já dito antes, ocupar um papel enquanto colônia fez com que a América Latina se tornasse um terreno propício a dominação capitalista, e que posteriormente passasse a girar em torno da Inglaterra. Para introduzirem-se a uma economia autônoma e mundial, as nações latino-americanas começam a se relacionar de maneira direta com a metrópole inglesa, obedecendo os requisitos estipulados por ela e iniciando a produção e exportação de bens primários, obtendo em troca manufaturas de consumo e dívidas.

Nesse momento, a América Latina já fortemente atrelada em suas relações com países europeus de capitalismo avançado, ficou determinada à uma estrutura definida, que Marini (2011, p. 134) define como “a divisão internacional do trabalho”. A dependência latino-americana, está diretamente ligada a essa estruturação, onde essas nações (formalmente independentes), submetem sua produção a modificações que garantem a reprodução da dependência ampliada, onde nas palavras do autor (MARINI, 2011, p. 135) “[...] a consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência [...]”. Sendo assim, quando as nações latino-americanas se subordinaram ao controle dos países de capitalismo central, além de permanecerem dependentes<sup>25</sup>, estas se sujeitaram a uma dependência ainda maior e que agora, dentro do modo de produção capitalista, se autorreproduz.

Para que o desenvolvimento da grande indústria acontecesse de forma plena pelo mundo, os países de capitalismo central contaram muito com o domínio que exerciam sobre os países da América Latina. Como requisito para participar da sociabilidade capitalista, as nações latino-americanas tiveram de exercer seu papel dependente, ofertando mundialmente suas produções de alimentos, onde com o objetivo de auxiliar no crescimento da industrialização foram atreladas, segundo Marini (2011), à formação de um mercado de matérias primas industriais.

Dentro dessa estrutura dependente em que se encontra a América Latina, o mais importante é observar que além dessas nações proporcionarem o crescimento qualitativo dos países de capitalismo central, elas ainda colaboram com o deslocamento do eixo da acumulação na economia mundial, onde essa acumulação voltada para a produção de mais-valia absoluta volta-se para a mais-valia relativa, o que significou para os países de capitalismo avançado um novo conceito de acúmulo de capital, que com essa modificação em seu eixo passou a depender “[...] mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador” (MARINI, 2011, p. 138). Entretanto, de acordo com o autor, para que houvesse essa alteração qualitativa nos países de capitalismo central as nações latino-americanas tiveram de se fundamentar em uma exploração aguçada de seus trabalhadores.

O autor (MARINI, 2011) afirma que é necessário desfazer antes a confusão que normalmente se cria entre a concepção de mais-valia relativa e o de produtividade, onde

---

<sup>25</sup> Já que ocupavam esse lugar desde os tempos de colonialismo, onde as revoluções pela independência, da forma que foram realizadas, apenas gerou maior dependência quando adentraram a era do modo de produção capitalista. Entretanto, é válido lembrar que segundo Marini (2011, p. 135) “[...] a situação colonial não é a mesma que a situação de dependência”, um de continuidade ao outro, mas de maneiras distintas.

esclarece que uma maior produtividade não garante por si mesma um aumento da mais-valia relativa. Quando se aumenta a produtividade, só são gerados mais produtos ao mesmo tempo, mas não mais valor. Então, quando se produz mais, pelo mesmo tempo, o capitalista individual consegue reduzir o valor individual de sua mercadoria, e nesse processo ele alcança uma mais-valia mais elevada que a dos concorrentes, que é definida como mais-valia extraordinária.

A taxa de mais-valia não se determina diretamente com a produção, mas sim com o grau de exploração da força de trabalho<sup>26</sup>. Apenas o aumento do trabalho excedente sobre o necessário pode alterar a taxa de mais-valia, pois através do aumento do primeiro se adquire o lucro elevado que beneficia o capitalista individual. Nesse sentido, para que exista a alteração sobre a taxa de mais-valia que o capitalista almeja é necessária a redução do valor social das mercadorias que, conseqüentemente, irá afetar os bens necessários para a reprodução da força de trabalho, “os bens-salário”. A reprodução da força de trabalho, atrelada ao modo de produção capitalista, no qual o trabalhador assalariado depende escrupulosamente da única mercadoria que possui para vender (sua força de trabalho), em troca do “bem-salário”, faz com que a redução desse bem, ligado ao processo de mais-valia relativa, tenha impacto direto sobre a reprodução da vida dessa parcela societária.

Como já dito, o papel que foi designado para a América Latina na divisão internacional do trabalho foi o de fornecer alimentos para os países de capitalismo central, demanda que surgiu decorrente ao aumento da classe operária nesses países. Conforme Marini (2011), decorrente a essa oferta de alimentos, houve a diminuição do valor real da força de trabalho nos países centrais, o que resultou no aumento das taxas de mais-valia e conseqüentemente na redução dos “bens-salário” nas nações industriais.

É importante ressaltar que a América Latina teve de se adequar a uma forma de produção que pudesse agir como um sustentáculo para o modo de produção capitalista, de forma mais urgente os países industriais, e nesse sentido Marini (2011, p.143) esclarece que:

Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram além do necessário que sua posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial o que as forçou a produzir em maior escala. (MARINI, 2011, p. 143).

---

<sup>26</sup> “[...] ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, isto é, o equivalente a seu salário)” (MARINI, 2011, p. 139).

Ou seja, ao se apossar de nações que já se encontravam economicamente deterioradas, após tantos anos de colonização a qual essas foram submetidas, um processo de continuidade de violências e abusos acabou sendo facilitado ao modo de produção que se deu após a era colonialista. E para manter a ordem capitalista viva, essas nações foram obrigadas a se adequarem à produção desenfreada que foi determinada a elas, e analisar a dependência em que as nações não industriais foram introduzidas, é observar esse processo através dessa análise. De acordo com Marini (2011), enquanto a América Latina favoreceu a ampliação da taxa de mais-valia e do lucro nos países industriais, ela recebeu como resposta o oposto disso.

Entretanto, para que se configure a exploração exacerbada nos países latino-americanos, com a finalidade da extração de mais-valia, não pode-se abordar como fenômeno primordial a *troca desigual*. Essa, segundo Marini (2011), tem o efeito de aprimorar os métodos da extração do trabalho excedente, porém, somente a vinculação ao mercado mundial iria fazer da América Latina um território suscetível à exploração, pelo histórico que carregou em tempos anteriores.

O autor (MARINI, 2011, p. 149) indica três mecanismos, que caracteriza um modo de produção baseado na maior exploração do trabalhador latino-americano, sendo esses: “[...] a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho”. Esses mecanismos somados, configuram o que ele chama de *superexploração da força de trabalho* latino-americana, no qual, nossa classe operária não recebe as condições necessárias para se recuperar da deterioração ocasionada pelo trabalho excessivo (que ocorre com a finalidade de gerar de mais-valia ao grande capital), tampouco recebe o suficiente em troca do seu trabalho para adquirir bens de consumo que são primordiais a sua existência, já que está é submetida a uma exploração exacerbada.

Contudo, enquanto estivermos submetidos ao modo de produção capitalista esse ciclo de alta exploração sobre nossas matérias-primas, nossos trabalhadores e no geral, sobre nossas vidas na totalidade, não chegará ao fim. Nos submeter ao capital mundial, pareceu de início uma ideia de libertação do colonialismo que nos era imposto até então, porém, o modo de produção capitalista ofereceu uma falsa liberdade, que configurou ao final um maior aprisionamento de quem somos, o que pensamos, o que consumimos e como vivemos. Enquanto essa organização societária for vigente, seremos dependentes dela, e veremos a

deterioração de nossas sociedades latino-americanas, dos nossos solos e também dos nossos corpos.

## Considerações Finais

Este trabalho, tinha como objetivo expor as particularidades sobre como o modo de produção capitalista (MPC), gera impactos sobre toda a formação social da população latino-americana. As relações de dominação do processo de desenvolvimento social constituem a dependência dos países da América Latina com os países de capitalismo central.

Para se chegar ao objetivo almejado, foi apresentado neste trabalho desde as comunidades primitivas que antecederam a sociabilidade em vigência, até a ascensão da mesma através da sua mundialização, na fase imperialista. Tratar desse recorte histórico foi de suma necessidade, para o entendimento da especificidade arraigada a constituição social latino-americana.

Inicialmente foi explicitado a questão de como o trabalho é desde sua forma nascente um processo social. Nas comunidades primitivas (portanto pré-capitalistas) já existia o trabalho, configurado através do contato da espécie humana com a natureza, com o objetivo de transformá-la e obter uma finalidade a partir da mesma. Entretanto, a privatização dos meios de produção (e aqui ainda se tratando dos mais rudimentares), ocasionou na dominação de seres humanos por outros seres humanos. A partir disso, a constituição de classes sociais divergentes se origina, e com elas um modo de produção. A privatização dos meios de produção, privatiza também a vida humana. O desenvolvimento desenfreado do MPC, trouxe como consequência a mundialização do capitalismo, onde através da necessidade de sua expansão, a fim de instaurar sua hegemonia, nos leva à sua fase imperialista.

Como se sabe, a América Latina passou por uma era colonial, na qual o modo de produção que funcionava anteriormente ao MPC era o escravismo, que tinha como base escravizar tanto os povos originários que aqui habitavam, quanto pessoas africanas sequestradas de suas terras de origem, para servirem de forma forçada e de extrema violência para as Coroas europeias, a fim de lhes gerarem riquezas. É importante enfatizar esse fato, já que foi um suporte sólido para o capitalismo ser instituído no continente. Os países denominados “Coroas” (países europeus), com a intenção de introduzirem o MPC nas nações latino-americanas, decidem por findar o sistema escravocrata.

A industrialização nascente na América Latina emerge justamente pelos interesses externos, com relação a um maior desenvolvimento do MPC, através do fenômeno conhecido como *neocolonialismo*, o que resultou em uma enorme reserva de acúmulo de capital, e significou um importante avanço do capitalismo industrial. No entanto, o que as nações latino-

americanas obtiveram sendo financiadoras do desenvolvimento do capital estrangeiro, foi uma maior subordinação a ele. O *imperialismo total* resultou na dominação de toda ordem social dos países latinos, para os países de capitalismo central.

Pôde ser constatado que para o MPC, a América Latina ocupa um importante lugar na chamada “divisão internacional do trabalho”, já que mesmo constituída de nações formalmente independentes, o capitalismo aqui foi programado para obter um caráter de dependência, manuseada pelo controle dos países centrais. Essa dependência também, é advinda do controle que esses países já possuíam sobre a América Latina em tempos anteriores à organização societária atual. Para adentrar ao MPC, o continente teve de contribuir diretamente com o crescimento dessa sociabilidade, se tornando um mercado de matérias-primas, e para cumprir esse papel o proletariado latino-americano precisou se submeter a exploração aguçada da sua força de trabalho. O resultado desse processo para a classe trabalhadora foi justamente a intensificação do trabalho e da sua jornada, o que conseqüentemente retira dessa classe o tempo necessário para recuperar todo o dispêndio gasto, na produção do acúmulo de capital.

## Referências

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. V. 1.

**Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/>>. Acesso em: 28 set. 2022.

ENGELS, Friederich; MARX, Karl. **Mensagem do comitê central à liga dos comunistas**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000064.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2022.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 143 p.

FORTES, Ronaldo Vielmi. **Sobre o conceito de exército industrial de reserva: aspectos históricos e atualidade**. Brasília (DF): Temporalis, 2018. 256-273 p.

LENINE, Vladimir Ilitch. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Petrogrado: 1917. 666 p. Disponível em: <<https://www.marxists.org/>>. Acesso em: 28 set. 2022.

LUKÁCS, Georg. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia/ Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto, organização, apresentação e tradução**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. V. 9.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana/ tradução: Salvador Obiol e Caetano Lagrasta; apresentação: Florestan Fernandes**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. 328 p.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política/ Karl Marx: tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe**. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988. V. 1.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política/ tradução: Rubens Enderle**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2013. 1493 p.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2004. 175 p.

PEREIRA, Carlos Augusto. **Uma investigação sobre a forma de propriedade verdadeiramente humana em Marx**. 2015, v. 4. São João Del Rei, 2015. Disponível em <

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2316-51972015000200004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972015000200004) >.  
Acesso em: 28 set. 2022.

STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta. **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2º edição.  
São Paulo: Expressão Popular, 2011. 291 p.

TORRES, Maria Adriana da S. **A divisão sexual do trabalho: a inserção da mulher no mundo do trabalho**. S.d. 11 f. I Seminário Nacional de Trabalho e Gênero. Disponível em: <  
[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/245/o/stg2006\\_01.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/245/o/stg2006_01.pdf) >. Acesso em: 28 set. 2022.